



**Ricardo Jorge
da Mota Rocha Diniz**

**Para uma análise dos números de tráfico de
pessoas para exploração sexual à luz das políticas
de prostituição – O caso europeu**



**Ricardo Jorge
da Mota Rocha Diniz**

**Para uma análise dos números de tráfico de pessoas
para exploração sexual à luz das políticas de
prostituição – O caso europeu**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Jalali, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, e do Doutor João Carvalho, Investigador de pós-graduação no CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa.

Ao João e ao Manuel,

**Para que saibam dar valor à Liberdade
sem dela nunca serem privados.**

O júri

Presidente

Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva

Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Arguente

Professora Doutora Maria Luís Rocha Pinto

Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Co-Orientador

Doutor João Miguel Duarte de Carvalho

Investigador de pós-graduação no CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa

Agradecimentos

Ao Doutor Carlos Jalali pelo inesgotável apoio na elaboração da presente dissertação, bem como em todas as etapas do ciclo de estudos.

Ao Doutor João Carvalho por todo o valioso apoio e acompanhamento que muito enriqueceram o trabalho produzido.

A todos os professores pelo profissionalismo, dedicação e compreensão.

À Dr^a. Sandra Bastos pela sua simpatia e profissionalismo que tornaram agradável o tratamento de assuntos burocráticos.

Ao Dr. Pedro Rui pela amizade e pela partilha de pensamentos e conhecimentos que muito me enriqueceram a nível pessoal e académico.

Aos meus colegas de mestrado, pelo carinho e apoio dados ao longo do ciclo de estudos. As suas palavras de motivação, os seus alegres sorrisos e o seu apoio altruísta permitiram um saudável ambiente de confraternização pessoal e académico.

Aos relatores de tráfico de seres humanos dos vários países da União Europeia, aos vários académicos e membros de ONG que deram o seu contributo para a realização do presente estudo.

A todos os funcionários docentes e não docentes da Universidade de Aveiro que com o seu trabalho, cada um no seu papel, fazem desta instituição uma referência no Ensino a nível internacional.

À Mariazinha, à Adélia, ao João Calisto, à Fátima e à Rita, minha família e meus melhores amigos.

À Lila, consciência da minha consciência, por 17 anos de amor incondicional.

palavras-chave

Prostituição, legislação, políticas, sinalização, tráfico de pessoas, tráfico de seres humanos, Europa

resumo

O presente estudo pretende dar um contributo à leitura e à interpretação dos números estatísticos de tráfico de pessoas à luz das políticas de prostituição em vigor nos países europeus. Para tal, confrontaremos diversos quadros legais relativos à prostituição com os números estatísticos de casos de tráfico para exploração sexual em cada país, procurando relacionar padrões legislativos de legalização/ilegalização da prostituição com os números de casos de tráfico sinalizados.

Através de uma revisão da literatura pluridisciplinar, suportada no Direito, na Sociologia e na Economia, tentaremos encontrar uma leitura sustentada para as relações/padrões encontrados entre os quadros legislativos relativos à prostituição e os números de casos sinalizados de tráfico de pessoas para exploração sexual.

keywords

Prostitution, law, politics, indicators, human trafficking, trafficking in human beings, Europe

abstract

The aim of this work is to contribute to the reading and interpretation of the statistics of human trafficking according to prostitution policies in force in European countries. Thus, we shall confront various legal frameworks regarding prostitution with the statistics of cases of trafficking for sexual exploitation in each country, trying to relate legislative standards of legalization / illegalization of prostitution with the number of cases of registered trafficking. Through a review of multidisciplinary literature, based in law, sociology and economics, we will try to find a sustained understanding of relations / patterns, found between the legislative frameworks relating to prostitution and the quantity of signaled cases of trafficking of persons for sexual exploitation.

Índice

1 – Introdução	5
2 – Prostituição e tráfico de pessoas - Uma abordagem conceptual	11
2.1 - Prostituição – Políticas e tipificações legais	11
2.2 - Tráfico de pessoas	14
3 – Revisão da literatura	17
3.1 – Abordagem Política	21
3.1.1 A perspectiva feminista	21
3.1.2 A perspectiva das associações de trabalhadores sexuais	24
3.2 Abordagem Jurídica	31
3.3 Abordagem Sociológica	40
3.4 Abordagem Economicista	47
4 – Questão de investigação e formulação de hipóteses	53
4.1 – Questão de investigação	53
4.2 - Formulação de hipóteses	54
5 – Metodologia	59
5.1 – Abordagem à dimensão metodológica	59
5.2 – Desenho metodológico	65
6 – Investigação	71
7 – Conclusões	95
8 – Bibliografia	98

Índice de quadros

Quadro 1 – Classificação da legalidade/ilegalidade dos intervenientes	80
Quadro 2 – Classificação da legalidade/ilegalidade nos diversos espaços	80
Quadro 3 – Número de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual identificadas	82

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Número médio de vítimas anual por país no triénio 2010, 2011 e 2012	83
Gráfico 2 – Número médio de vítimas anual por milhão de habitantes no triénio 2010, 2011 e 2012 --	84
Gráfico 3 – Alinhamento dos países por número médio de vítimas anual por milhão de habitantes –	85

Índice de siglas

EU (EU)	União Europeia (European Union)
EUROPOL	Agência Europeia para aplicação da Lei
EUROSTAT	Gabinete de Estatística da União Europeia
ICRSE	Comité Internacional para os Direitos dos Trabalhadores Sexuais na Europa
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia
OIT (ILO)	Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization)
ONU (UN)	Organização das Nações Unidas (United Nations)
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Sida
UNODC	Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

1 - Introdução

Da prostituição e do tráfico de pessoas

A prostituição consiste na prestação de serviços sexuais a troco de uma remuneração e é uma prática milenar, transversal a todas as culturas mundiais e áreas geográficas. Embora referida nos principais livros sagrados e aceite em muitas culturas, sofreu ao longo dos tempos uma forte contestação moral. Empurrada para a clandestinidade, mereceu a partir do séc. XX uma nova abordagem com o dealbar dos movimentos feministas, centrando as atenções na proteção dos seus principais agentes, os prostitutas, na sua grande maioria do sexo feminino. No entanto, embora sendo consensual a alteração do foco da questão da moralidade da prostituição para a questão dos direitos, liberdades e garantias dos seus agentes principais, surgiram divergências relativamente à voluntariedade da prestação da atividade. Se a prostituição é um processo voluntário, tendo os prostitutas uma verdadeira e legítima opção de prestarem os seus serviços, ou se é sempre forçada, seja pela ação de terceiros ou por contingências familiares, sociais e económicas, foi a questão que dividiu, e ainda divide, opiniões.

A forte contestação religiosa e social sofrida pela prostituição ao longo do tempo e, posteriormente, a salvaguarda da saúde, segurança e dignidade dos prostitutas levaram à necessidade da regulação política daquela actividade. Os estados, no sentido de regular a sua prática, guiaram-se pelas doutrinas ideológicas existentes sobre a matéria para produzir legislação. Existem vários tipos de abordagem legislativa à prostituição: o regulacionismo, o abolicionismo e o proibicionismo, cada qual defendendo a adopção de políticas diferentes de regulação da prática da prostituição com vista a minorizar os seus efeitos perversos sobre a sociedade e a proteger os seus agentes mais vulneráveis, os prostitutas.

Por sua vez, o tráfico de pessoas é um dos crimes mais rentáveis a nível mundial, supostamente apenas superado pelo tráfico de droga (UNODC, 2009 e 2014). Os números do crime, sejam relativos a lucros monetários ou a pessoas traficadas, são difíceis de quantificar pelo facto de ser uma actividade criminosa e, portanto, clandestina. Existem apenas estimativas feitas com base nos casos sinalizados e reportados. Porém, sabe-se que pode ter várias vertentes: o tráfico de pessoas para extracção de órgãos, o tráfico para fins de exploração laboral, o tráfico para efeitos de exploração sexual (Nações Unidas, Protocolo para a Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas - Protocolo de Palermo, 2004), o tráfico para mendicidade forçada, o tráfico para exploração em actividades criminais, o tráfico para adopção ilegal e o tráfico para casamento forçado (União Europeia, 2011).

De acordo com os dados apurados, o tráfico para exploração sexual prevalece relativamente aos restantes, sendo a maioria das vítimas do sexo feminino (UNODC, 2012, EUROSTAT, 2015). Existem inúmeros seres humanos que todos os dias são obrigados a prostituir-se por meio de violência, artil ou manobra fraudulenta, abuso de posição de autoridade e por via do aproveitamento de posição de especial vulnerabilidade ou, até, de incapacidade física ou mental. Ou seja, o mercado da prostituição é alimentado muitas das vezes por vítimas de tráfico. Existe, pois, uma estreita ligação entre a prostituição e o tráfico de pessoas.

Escravidão e tráfico de pessoas – a evolução de uma realidade

“The world today is confronted with a huge human trafficking problem, driven by the same forces that drive the globalization of markets, as there is no lack of demand and supply. In varying degrees and circumstances, men, women and children all over the world are victims of what has become a modern day slave trade.”

Joy Noozi Ezeilo, Relatora Especial das Nações Unidas sobre Tráfico de Pessoas (2009)

Ao longo dos séculos homens possuíram outros homens como se de objectos se tratassem, usando-os para fins belicosos, como escudos humanos ou combatentes, para exploração da sua força de trabalho ou para saciarem os apetites sexuais próprios ou de terceiros. A esta exploração do Homem pelo Homem deu-se o nome de escravatura. Tida como uma forma legítima de comércio na maioria das culturas durante milénios, a escravatura começou a ser questionada no século XVIII com o alar dos movimentos iluministas, sendo definitivamente abolida a nível internacional apenas no Século XX, através da ratificação da Convenção sobre a Escravatura das Nações Unidas em 1926.

No entanto, a abolição da escravatura *de jure* e a tipificação da prática como Crime contra a Humanidade pelo Tribunal Penal Internacional e pela maioria dos países a nível mundial apenas lhe conferiram um estatuto legal de prática proibida punida pelas leis nacionais e internacionais. Na realidade, como acontece com todas as normativas legais, a proibição jurídica da escravatura é ignorada por aqueles que encontram na sua prática uma forma de obtenção de um lucro que supera uma eventual punição. Ou seja, embora proibida, a prática da escravatura é uma realidade actual que assumiu outras formas com o fenómeno da Globalização, entre elas o tráfico de seres humanos (Ezeilo, 2009). O tráfico de seres humanos é uma forma actual de escravidão (Bettio & Nandi, 2010) impulsionada pelo lucro (Jakobsson & Kotsadam, 2010).

Muitas definições existem sobre o tráfico de seres humanos, podendo diferir consideravelmente. No entanto, na sua essência, todas envolvem uma determinada forma de recrutamento onde um elemento de força ou coerção é utilizado contra uma pessoa com o objectivo ou o resultado da sua exploração com fins lucrativos (Bureau of the Dutch National Rapporteur on Trafficking in Human Beings, 2002).

A(s) política(s) da prostituição

Entre as muitas formas e finalidades do tráfico de seres humanos, a exploração sexual é a forma mais comum de lucrar com as pessoas traficadas.

De entre estas, uma esmagadora maioria são mulheres e crianças (Departamento de Estado – Estados Unidos da América, 2009; Segrave, 2009; Nações Unidas, 2014). Por esta razão, é comum o tráfico de seres humanos para fins sexuais ser designado como tráfico de mulheres, tráfico sexual ou prostituição forçada, encontrando-se os conceitos intimamente ligados.

Para alguns autores a prostituição é sempre forçada e raramente verdadeiramente voluntária (Farley, 2009), que é inerentemente lesiva e desumanizadora e que potencia o tráfico de pessoas (Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, 2007). A Convenção para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Exploração da Prostituição das Nações Unidas, assinada em 1949, considerou a prostituição como um perigo para o bem-estar social e para a família e que a vontade dos prostitutos não é tida em conta, pelo que não existe prostituição praticada voluntariamente.

Por outro lado, outros fazem uma distinção entre os conceitos de prostituto e de trabalhador sexual, atribuindo aos segundos a liberdade de escolha que falta aos primeiros. Assim sendo, o trabalho sexual pode ser uma actividade voluntária, cabendo ao indivíduo a opção de prestar serviços sexuais mediante o pagamento de uma remuneração pecuniária ou não pecuniária.

Actualmente, verifica-se o aparecimento de vários movimentos de trabalhadores sexuais que reivindicam a regulamentação da prostituição nos seus países. Defendem a melhoria das condições no trabalho, como maior segurança de trabalhadores e clientes e mais higiene nos serviços prestados, a integração no sistema nacional de protecção social e a legitimação de direito e de facto de uma actividade profissional que consideram tão digna quanto as demais. A noção de que todos ou a maioria dos trabalhadores do sexo estão a ser coagidos a fazer o trabalho sexual é considerada falsa propaganda por estes movimentos. Na verdade, consideram, muitos trabalhadores do sexo gostam de seu trabalho e tiram grande satisfação com a sua realização. Muitos também o fazem, principalmente, pelo dinheiro (Turn Off the Blue Light, 2011).

Se o prostituto ou trabalhador sexual tem liberdade de escolha na prática da sua actividade ou se a prostituição é sempre forçada é uma questão que divide

três principais doutrinas, o abolicionismo, o regulacionismo e o proibicionismo, as quais distinguiremos e trataremos com maior cuidado mais à frente. Certo é que a prostituição, forçada ou voluntária, é uma realidade transversal à grande maioria dos países e que o tráfico de seres humanos é uma actividade criminosa transnacional, real e actual que afecta milhões de vítimas (UNODC, 2012 e 2014). Cabe, pois, aos governos de cada país pôr em prática regras que definam em que moldes a prostituição deve e pode ser praticada e, por outro lado, combater o flagelo do tráfico de seres humanos por via da aprovação e implementação de medidas legais que visem directamente a atenuação ou até extinção dos seus efeitos nefastos.

As políticas de prostituição e o tráfico de pessoas

Sendo a prostituição e o tráfico de pessoas realidades mundiais, são-no também, obviamente, no Espaço Europeu, onde, através do Acervo de Schengen, a abolição dos controlos das fronteiras internas permitiu a livre circulação de pessoas e bens entre os países membros. Este facto tornou também mais fácil aos traficantes movimentar as vítimas na Zona Schengen, desde o ponto da primeira entrada até ao local de fixação. Uma vez ultrapassado o entrave da entrada na fronteira externa e não existindo controlo das fronteiras internas em Espaço Schengen, os traficantes ou redes de tráfico têm liberdade para escolher o mercado sexual nacional onde colocarão as suas vítimas. Esta dinâmica de movimentos dificulta a sinalização das vítimas e a detecção das redes criminosas pelas autoridades, impedindo a protecção dos primeiros e uma efectiva condenação judicial dos segundos.

A cooperação policial internacional, a política criminal e a agilidade do sistema judicial de cada país são factores fundamentais para a sinalização dos casos de tráfico e para o combate ao fenómeno criminoso. No entanto, tendo em conta a estreita ligação entre as duas actividades, até que ponto é que a política legislativa relativa à prostituição adoptada por cada país facilita ou dificulta a sinalização das vítimas e o combate ao tráfico de pessoas? Leis relativas à

prostituição mais restritivas catalisam a clandestinidade da actividade e leis menos restritivas permitem uma maior visibilidade e proximidade sobre a actividade e seus agentes? Como é que esse fenómeno influencia a sinalização de casos de tráfico de pessoas?

No contexto contemporâneo onde o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual tem uma relevância crescente, apresentando um elevado nível de complexidade em termos da sua natureza e dificultando de sobremaneira a sua regulação por parte do estado, o presente trabalho pretende dar uma resposta à questão: A legalização, e respectiva regulamentação, da prostituição num determinado país aumenta a sinalização de vítimas de tráfico de pessoas?

Nesse sentido, propomo-nos a realizar um estudo comparativo entre as políticas de prostituição em vigor em oito países europeus e os números de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas nos seus territórios.

2 – Prostituição e tráfico de pessoas

Uma abordagem conceptual

Até ao momento, referimo-nos a tráfico de pessoas e prostituição sem, no entanto, definir claramente estes conceitos. No sentido de estabelecer o seu significado no âmbito do presente estudo, trataremos de seguida da sua conceptualização.

2.1 - Prostituição – Políticas e tipificações legais

Existem inúmeras definições possíveis sobre a prostituição. No entanto todas contêm duas características fundamentais: a prática ou a ocupação de se envolver em atividade sexual e o recebimento de um pagamento pela prestação desse serviço (Ditmore, 2006).

Conforme referido, a legislação relativa à prostituição teve como base três abordagens ideológicas principais: O regulacionismo, o abolicionismo e o proibicionismo. Danna, (2003), define os três conceitos, distinguindo ainda outros dois conceitos, o neo-regulacionismo e o neo-proibicionismo:

- O regulacionismo vê a prostituição como um mal a ser limitado e gerido através da monitorização dos prostitutos, impedindo que aqueles que contraíam doenças venéreas continuem a trabalhar.

- O neo-regulacionismo pretende regular a prostituição sem condenar moralmente o prostituto nos seus textos legislativos;

- O abolicionismo baseia-se na recusa moral da prostituição, que vê como degradante para as mulheres, e procura remover regulações legais, que vê como uma manifestação da opressão masculina. Os abolicionistas são a favor da liberalização do acto da prostituição enquanto criminalizam o lenocínio e o tráfico internacional de mulheres;

- O proibicionismo defende a proibição de qualquer forma de prostituição e a sua criminalização;

- O neo-proibicionismo reduz o âmbito da proibição apenas à procura do sexo, ou seja, visa apenas o cliente.

Já Melissa Farley (2012) defende que existem apenas quatro abordagens legais à prostituição: que a prostituição pode ser criminalizada, legalizada, descriminalizada e abolida:

- Com a criminalização da prostituição todos os intervenientes são punidos: a mulher que estava a vender sexo na prostituição, o cliente, o proxeneta e o traficante.

- A prostituição legalizada define onde a prostituição é praticada através de zoneamento, que pode incluir zonas de tolerância ou zonas de luz vermelha municipais.

- Na prostituição descriminalizada são removidas todas as leis que punem os proxenetas e os clientes, bem como os próprios prostitutos.

- A abolição da prostituição é uma abordagem legal suportada nos direitos humanos que tem como alvo impedir a compra, a venda e o tráfico de mulheres para a prostituição, enquanto protege os prostitutos, ajudando-os a escapar ao negócio em vez de os prender. Nesta última abordagem, as vítimas são os únicos intervenientes no negócio da prostituição que são descriminalizadas.

Barnett & Hindle (2003), identificam, por seu lado, cinco abordagens legais à prostituição:

- O proibicionismo, que procura eliminar a prostituição criminalizando todos os todos os aspectos da actividade. Nesta abordagem, a prostituição é uma violação da dignidade humana. As leis criminais em vigor em cada país e a sua efectividade aplicação são factores fundamentais para a redução das vítimas da actividade.

- A descriminalização, que afasta qualquer forma de criminalização da prática da prostituição, possibilitando o exercício legal de qualquer tipo de

prostituição, da criação e laboração de bordéis ou qualquer estabelecimento análogo, e possibilitando o lucro pelo exercício ou pela exploração da prostituição.

- A legalização, referindo-se à regulação da prostituição através da lei criminal ou através de qualquer outro tipo de legislação. Nesta abordagem a prostituição é tratada como uma actividade laboral legítima, regulada por um conjunto de regras específico que definem que a pode praticar e como e onde deve ser praticada.

- O abolicionismo, visto muitas das vezes como o meio-termo entre o proibicionismo e a legalização, defende que, ainda que os prostitutas tenham a opção de exercer a actividade, esta é sempre imoral. E que os governos devem adoptar as medidas suficientes para que a prostituição se desenrole, desde que não ponha em causa a segurança e a ordem pública.

- O neo-abolicionismo, que defende que a prostituição viola os direitos humanos dos prostitutas e que estes nunca têm liberdade de escolha em praticá-la, sendo sempre, em todas as suas formas, a venda e consumo de corpos humanos. Os neo-abolicionistas, enquanto defendem a descriminalização dos prostitutas, incitam os governos a criminalizar a actividade dos clientes e dos proxenetas.

Como podemos ver apenas pela perspectiva destes três autores existe uma panóplia de representações da abordagem legislativa à prostituição, não existindo uma matriz representativa consensual e/ou universal relativamente à matéria. Por esta razão, e para que a análise feita à tipologia da legislação relativa à prostituição seja pragmática e o mais objectiva possível, no presente estudo distinguiremos a prostituição quanto à punibilidade/legalidade do local da sua prática (na rua, em bordéis ou afins ou em apartamentos) e quanto à punibilidade da intervenção dos seus agentes (prostitutos, proxenetas e clientes). Distinguiremos, também, nos países onde existe legislação dedicada à prostituição e a regulamentação ou não regulamentação da sua prática.

Salvaguardamos que para efeitos do presente estudo consideramos apenas a legislação relativa à prática e exploração da prostituição dita voluntária, pois toda a não-voluntária e forçada será considerada tráfico de pessoas. Em

sentido contrário da abordagem feminista à prostituição e tráfico de pessoas que abordaremos mais à frente, faremos uma distinção clara entre prostituição e tráfico de pessoas.

Referimo-nos, de forma recorrente, à legalidade, ilegalidade e crime na prática da prostituição. No âmbito do presente trabalho entenderemos como crime todo e qualquer acto ou omissão que a lei tipifique e puna como ilícito criminal. Assim, legal é tudo o que a lei permita e ilegal tudo aquilo que a lei não permita. Adoptaremos, pois, uma perspectiva jurídica de legalidade e entenderemos como legal toda a prática que a lei não proíba, ainda que, no caso de uma actividade profissional ou laboral, a lei de determinado país não reconheça. Por exemplo, tomaremos a prática da prostituição em Espanha como legal, visto que, ainda que não seja reconhecida como actividade profissional legítima e a sua prática não se encontre regulamentada, a lei espanhola não a tipifica como actividade criminosa ou ilegal.

Embora nos possamos referir à sua existência, não consideraremos para efeitos do presente estudo a prostituição de menores, cuja prática é proibida por lei em todos os países europeus (Service4sexworkers, 2015).

2.2 - Tráfico de pessoas

O tráfico de pessoas, também denominado tráfico de seres humanos ou tráfico humano, é um fenómeno criminoso mundial, cuja definição aceite a nível internacional envolve o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (Conselho da União Europeia, Decisão-Quadro do Conselho

2002/629/JHA, 2002; Nações Unidas, Protocolo para a Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas - Protocolo de Palermo, 2004)

Atento à constante mutação e evolução do fenómeno criminoso, a directiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, aprovou um conceito legal mais lato do que deve ser considerado tráfico de pessoas, reconhecendo formas adicionais de exploração. Foram consideradas formas de tráfico de pessoas: a mendicidade forçada, considerada uma forma de trabalho ou serviço forçado; a exploração para actividades criminais, ou seja, a exploração de uma pessoa para praticar, *inter alia*, o carteirismo, o furto em lojas, o tráfico de droga e qualquer outra actividade similar sujeita a condenação judicial e que implique ganhos financeiros; e ainda o tráfico para a adopção ilegal de menores e o tráfico para casamento forçado (directiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, 2011).

É recorrente a confusão entre tráfico de pessoas e auxílio à imigração ilegal ou *migrant smuggling*. No entanto, são conceitos distintos posto que o auxílio à imigração ilegal não implica, *per si*, elemento de força ou coerção nem tem como finalidade a exploração de pessoa. As Nações Unidas definem o auxílio à imigração ilegal como qualquer forma de intervenção com o fim de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual a pessoa não é um nacional ou residente permanente (Nações Unidas, 2013).

Interessará também referir que, embora o tráfico de pessoas tenha geralmente uma dimensão internacional, a exploração (das vítimas) também pode ocorrer dentro das fronteiras nacionais, sem ser necessário a passagem de uma fronteira (Dutch National Rapporteur on Trafficking in Human Beings, 2002). Assim, o tráfico de pessoas terá sempre um carácter criminal, porém, nem sempre será um fenómeno migratório. Neste âmbito, distinguiremos o tráfico interno, que ocorre dentro de uma determinada fronteira e cujos intervenientes são nacionais do país, e o tráfico externo, com dimensão transnacional e cujos intervenientes são de nacionalidade estrangeira. De igual modo, quando o tráfico de pessoas tem carácter transnacional, devemos fazer a distinção entre o país de

origem da vítima e o país de destino e a distinção dos factores que potenciam o abandono do país de origem - *push factors* - e a atracção pelo país de destino - *pull factors*.

3 – Revisão da literatura

A literatura sobre a prostituição e o tráfico de pessoas é rica e abundante. De tal forma que, só por si, seria assunto suficiente e bastante para a produção de uma dissertação académica.

E se a abundância de literatura é um sinal positivo que aponta para o interesse actual e global nos temas tratados, por outro lado torna-se um desafio para quem tem de fazer a sua revisão. Por tal, tivemos de fazer uma triagem apertada dos textos a referir no presente capítulo, aproveitando os putativamente mais relevantes para o presente estudo mas excluindo muitos outros de elevado valor.

Se por um lado a prostituição, realidade global e milenar, tem no seu carácter clandestino e polémico e no interesse humano e social os seus principais atractivos académicos, o tráfico de pessoas ou tráfico humano é uma designação recente para uma realidade antiga que tem vindo a merecer um crescente interesse político, social e académico pelo facto de ser um dos crimes que mais violentamente lesam a dignidade humana.

Como vimos anteriormente, a temática legal da prostituição é vista sob vários prismas e abordada de acordo com várias sensibilidades ideológicas, correntes de pensamento e/ou disciplinas académicas. Numa discussão lançada nos inícios do séc. XX pelos movimentos feministas foram entrando, ao longo do tempo, sociólogos, antropólogos, psicólogos, juristas e, até, economistas. Entre textos de investigação académica ou textos institucionais produzidos por e para agências estatais, instituições internacionais ou organizações não-governamentais, existe uma grande diversidade de estudos sobre a matéria. Cada qual observando o fenómeno da prostituição na sua perspectiva e extraindo as respectivas conclusões.

Também o tráfico de pessoas tem vindo a ser estudado de acordo com as várias correntes de pensamento e disciplinas dos estudos sociais, pelo que as

abordagens científicas ao fenómeno variam de acordo com os objectivos pretendidos e os métodos usados.

Não desprezando a pluridisciplinaridade ou a organização disciplinar convencional dos estudos sociais, dividiremos o presente capítulo em quatro abordagens macro aos fenómenos da prostituição e do tráfico de pessoas e da relação entre ambos. Uma abordagem política, dividida em duas perspectivas, e três abordagens disciplinares. Trataremos, assim, da abordagem política, da abordagem jurídica, da abordagem sociológica e da abordagem economicista.

Numa organização *sui generis* da literatura por ser do interesse do presente estudo e coerente com o rumo que se pretende para a investigação proposta.

Iniciaremos com a abordagem política, que dividiremos entre duas perspectivas distintas e conflituantes, a perspectiva feminista e a perspectiva das associações de trabalhadores sexuais, distinguindo conceitos políticos e ideológicos na discussão relativa à voluntariedade da prática da prostituição, sua legalização ou ilegalização e da relação da actividade com o tráfico de pessoas.

Optámos por fazer a revisão da literatura feminista, uma perspectiva ideológica multidisciplinar pioneira na discussão científica do fenómeno. Pela sua relevância histórica e porque expõe a perspectiva feminina e feminista de fenómenos comerciais onde o produto é, na grande maioria dos casos, o corpo de uma mulher. Mas, sobretudo, porque a acção intelectual feminista tem sido o motor das grandes decisões internacionais relativamente à adopção e implementação de políticas de prostituição e à identificação, tipificação e adopção de medidas legislativas de combate ao tráfico de pessoas (Simm, 2004).

Por outro lado, as associações de trabalhadores sexuais vieram dar um contributo recente à problemática relativa à voluntariedade da prática da prostituição e à necessidade da sua legalização e regulamentação, que, defendem, visará a “promoção dos direitos sanitários, humanos, civis e laborais dos trabalhadores do sexo” (International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe, 2015). Centrando o foco da sua atenção nos direitos dos prostitutos, que consideram trabalhadores voluntários de uma actividade tão legítima quanto

as demais, e apoiando-se num extenso grupo de académicos, as associações de trabalhadores sexuais têm vindo a ter um crescente papel na discussão política internacional relativa à prostituição e ao tráfico de pessoas para exploração sexual. Por outro lado, parece-nos relevante conhecer os argumentos dos actores principais da actividade.

A revisão da literatura da abordagem política, no seu todo, dar-nos-á uma perspectiva das divisões causadas pelas diferentes visões e posições ideológicas e de que forma condicionam os estudos que têm vindo a ser realizados, permitindo-nos identificar os pontos metodológicos válidos e, por outro lado, evitar a ingerência e influência de conceitos normativos na busca de conclusões empíricas. Nesse sentido, aproveitaremos alguns dos estudos da abordagem política, em ambivalência, no capítulo da metodologia.

Trataremos da abordagem jurídica porque tem sido preocupação recente dos Estados estudar de que forma a produção e implementação de legislação condiciona a prostituição e o tráfico de pessoas, possibilitando, pela via jurídica, minorizar os efeitos nefastos do primeiro nos seus intervenientes e na sociedade e no sentido de encontrar fórmulas óptimas de combate ao segundo, protegendo os traficados e punindo os traficantes. Para estes objectivos têm vindo a contribuir, directa ou indirectamente, os estudos produzidos por juristas, dos quais distinguiremos dois grupos: os estudos que visam avaliar a eficácia da legislação já implementada e aqueles que pretendem encontrar, *a priori*, modelos de legislação óptimos para cada realidade. Ressalvamos que apenas versaremos estudos que abordam a legislação, as formas, causas e efeitos da sua implementação, e não textos legislativos, os quais nos servirão mais adiante de para o desenvolvimento da investigação. Ou seja, faremos a revisão da literatura de fontes secundária e utilizaremos as fontes primárias na nossa investigação.

Será tratada a abordagem sociológica por ser importante conhecer de que forma o comportamento de cada interveniente na prostituição e no tráfico – prostitutas, proxenetas, clientes, vítimas ou traficantes – condiciona os comportamentos dos restantes intervenientes e influencia o meio. Mas, também, de que forma o meio, em todas as suas vertentes, condiciona o comportamento

dos intervenientes da prostituição e do tráfico de pessoas. E uma das vertentes ou das características do meio que podem condicionar os intervenientes ou actores da prostituição e do tráfico de pessoas é a legislação em vigor - fazendo uma ligação à abordagem jurídica que justificámos anteriormente –, condicionando o mercado interno, ou seja, a economia daquelas actividades – em ligação directa à abordagem economicista que trataremos de justificar de seguida.

Faremos, também, a revisão da literatura relativa à abordagem economicista da matéria, suportando-nos na linha de raciocínio desta abordagem para formular as hipóteses do presente estudo. Pela sua relevância para a linha de investigação adoptada ao, considerando a prostituição e o tráfico de pessoas como actividades comerciais, estudarem de que forma as características de cada mercado influenciam a sua actividade económica. Exactamente porque é pretensão académica do presente estudo testar de que forma a legislação relativa à prostituição em vigor em cada estado influencia o seu mercado da prostituição e, por sua vez, de que forma esse factor tem influência na sinalização de casos de tráfico de pessoas.

Optámos, assim, pela realização de um estudo abrangente sobre o tráfico de pessoas e as políticas de prostituição, transversal a várias disciplinas, o qual versará sobre políticas públicas, legitimando a sua realização no âmbito do Mestrado em Ciência Política da Universidade de Aveiro.

Ao longo da revisão da literatura, extrairemos conclusões relativamente aos defeitos e virtudes de cada abordagem, definiremos quais os pontos de cada abordagem que aproveitam ao presente estudo e de que modo conduzem à extração de conclusões empíricas.

3.1 – Abordagem Política

3.1.1 A perspectiva feminista

Farley & Butler (2012) na sua publicação “Prostitution and Trafficking – Quick Facts”, resumem sucintamente o pensamento feminista relativamente à prostituição:

“A prostituição é:

- a) Assédio sexual
- b) Violação
- c) Espancamento
- d) Abuso verbal
- e) Violência doméstica
- f) Uma prática racista
- g) A violação de direitos humanos
- h) Abuso sexual de crianças
- i) O resultado da desigualdade no trabalho e na educação para as mulheres
- j) Uma consequência da dominação dos homens sobre as mulheres
- k) Um meio de manter a dominação dos homens sobre as mulheres
- l) Todos os acima referidos”

Todavia, não seria preciso abrir e folhear as publicações feministas para tomar pleno conhecimento da posição dos seus autores relativamente à prostituição, ao tráfico de pessoas e à relação entre ambos. Os títulos das publicações feministas são frugalmente explícitos:

- Prostitution: A violation of women’s rights. (Leidholdt, 1993)
- Prostitution: A modern form of slavery. (Leidholdt, 1998)
- The legalisation of prostitution: A failed social experiment. (Jeffreys, 2003)

- Prostitution and trafficking in women: An intimate relationship. (Leidholdt, 2004)
- “Bad for the body, bad for the heart”: prostitution harms women even if legalized or decriminalized. (Farley, 2004)
- Prostitution in Vancouver: Violence and the colonization of First Nations women. (Farley, 2005)
- Prostitution, trafficking and cultural amnesia: What we must not know in order to keep the business of sexual exploitation running smoothly. (Farley, 2006)

De acordo com Melissa Farley, a prostituição é uma actividade maioritariamente praticada por mulheres, sempre forçada e que potencia o tráfico de pessoas (Farley, 2009). Os seus estudos abordam recorrentemente os malefícios físicos, emocionais e sociais causados pela prostituição. Males estes (da prostituição) que não diminuem com a legalização ou a descriminalização da actividade (Farley 2004). Farley destaca a existência actualmente de um largo conjunto de provas empíricas dos efeitos da descriminalização e legalização da prostituição. Entre estas, as que suportam a teoria de que a legalização da prostituição aumenta o tráfico de pessoas (Farley, 2009). Assim, o tráfico para o mercado local do sexo aumenta onde a prostituição é legalizada. Porque os traficantes e proxenetas podem actuar com facilidade e impunidade quando a prostituição é legal (idem, ibidem). Como prova do alegado, Farley aponta o exemplo da Alemanha e da Holanda que, após a legalização da prática da prostituição nos seus territórios, viram o número de mulheres traficadas aumentar exponencialmente. Para mais, afirma Farley, na Holanda, após a legalização, o crime organizado disparou para uma situação incontrolável e as mulheres na prostituição não viram qualquer vantagem em relação à segurança na sua actividade em comparação com a época em que a prostituição era ilegal. Por seu lado, aponta, na Suécia, a criminalização do recurso à prostituição pelos clientes, e a punição destes, resultou na diminuição significativa do tráfico (Ekberg, 2004 em Farley, 2009).

Por seu lado, Sheila Jeffreys, suportando-se na realidade australiana dos anos 80 e 90 do século XX, conclui que a experiência social da legalização da

prostituição em bordéis falhou em todos os seus objectivos: acabar com a indústria ilegal e com a corrupção policial, reduzir os malefícios para as mulheres ou parar a prostituição de rua (Jeffreys, 2003). Na verdade, defende Jeffreys, estes males cresceram e a eles outros males significativos se juntaram, como o tráfico de mulheres. Isto porque a legalização e a descriminalização da prostituição levou ao crescimento da sua indústria e esse crescimento resultou na necessidade de maior fornecimento de mulheres para a actividade, suprida através do tráfico. Assim, mulheres traficadas foram introduzidas no mercado, tanto em bordéis legais como em bordéis ilegais, tendo a possibilidade de, através da apresentação de pedidos de asilo, trabalhar dentro da legalidade munidas de licenças de trabalho (Jeffreys, 2003).

Dorchen A. Leidholdt acrescenta que o tráfico de pessoas e a prostituição são vistos como a mesma catástrofe humanitária (Leidholdt, 2004), fazendo ambos parte de um sistema de dominação baseado no género que torna a violência contra as mulheres rentável. Na verdade, defende, “o que chamamos de tráfico sexual não é mais do que prostituição globalizada” (Leidholdt, 2004, pp. 177). Tanto a prostituição como o tráfico de pessoas aproveitam-se de mulheres tornadas vulneráveis por força da pobreza, juventude, discriminação, violência e do pouco ou inexistente suporte familiar e deixa-as traumatizadas, doentes e pobres. Na prostituição, tal como no tráfico, não existe liberdade de escolha da sua prática pela prostituta, mas um condicionamento familiar, social, económico e geográfico (Leidholdt, 1993). Para Leidholdt, prostituição e tráfico são, assim, a mesma coisa. E o discurso de defesa do contrário - que prostituição e tráfico de pessoas são coisas distintas - aproveita apenas aos que lucram com a actividade, sendo usado para aumentar os lucros da indústria do sexo. Porque, aponta, se o tráfico sexual e a prostituição fossem fenómenos distintos e separados, “e se a prostituição fosse inócua como o tráfico é nocivo, a resposta lógica seria direccionar as punições penais contra os traficantes do sexo e legalizar e regular a prostituição” (Leidholdt, 2004, pp. 179). A conclusão a tirar de casos como a Alemanha e a Holanda é a de que a legalização da prostituição faz aumentar a oferta de serviços e a procura, ao cativar a entrada de turistas sexuais e aumentar a procura entre os clientes locais. Neste cenário, as prostitutas locais deixam de

ser suficientes para suprir a procura, pelo que a indústria tem de recorrer a mulheres traficadas. A exigência dos clientes por novidades na oferta também é uma das razões para o fenómeno. Para mais, as mulheres traficadas são mais baratas, mais novas, mais excitantes para os clientes e mais fáceis de controlar (Leidholdt, 2004). Com o influxo de mulheres traficadas dá-se o fenómeno *bola de neve* na indústria do sexo, pois “mais mulheres traficadas significa mais procura local e mais turismo sexual” (Leidholdt, 2004, pp. 179).

Como vimos pelas perspectivas das três autoras anteriormente citadas, prostituição, tráfico de pessoas e escravidão sexual são sinónimos do mesmo fenómeno de acordo com a abordagem feminista. Pelo que os trabalhos elaborados procuram estudar o fenómeno no sentido menorizar ou, mesmo, eliminar os efeitos lesivos sobre as mulheres prostitutas.

3.1.2 Perspectiva das associações de trabalhadores sexuais

E se a posição das associações de trabalhadores sexuais coincide com a feminista em termos da necessidade da protecção dos prostitutos, aos quais preferem chamar trabalhadores sexuais, não poderia ser mais antagónica ao nível das soluções apresentadas, criticando ferozmente as leis proibitivas ou restritivas da actividade da prostituição nas suas diversas formas, que vêm como “legislação repressiva que restringe os trabalhadores, implementada sob o pretexto do combate ao crime organizado e a promoção da saúde pública” (Declaração de Bruxelas, 2005). Legislação essa que, restringindo os direitos dos trabalhadores, mina, de facto, as políticas de saúde pública ao afundar a indústria do sexo na clandestinidade (idem, ibidem).

Para as associações de trabalhadores sexuais, a problemática da prostituição não se centra numa questão de género ou de exploração de género, e na defesa do direito das mulheres perante a exploração masculina que potencia a prostituição, mas na defesa dos plenos direitos dos trabalhadores sexuais a exercer uma actividade profissional – a prostituição - que consideram tão digna e legítima quanto as restantes. Desta forma, defendem, a prostituição é uma forma

de trabalho voluntária que não deve ser confundida com a exploração sexual nem com o tráfico para exploração sexual.

A literatura relativa às associações de trabalhadores sexuais surge maioritariamente em forma de declarações, manifestos ou petições. Embora não preenchendo a definição convencional de texto académico, o facto de ter sido produzida por ou em colaboração com diversos académicos de reputadas instituições a nível mundial, e tendo em conta a sua qualidade e pertinência para o presente estudo, levou-nos a ousar inseri-la nesta revisão da literatura. Para mais, como foi anteriormente referido, oferece-nos uma importante contribuição em termos de parametrização metodológica.

As intenções e a linha de raciocínio das associações de trabalhadores sexuais encontram-se plasmadas na Declaração de Bruxelas, documento elaborado por “120 trabalhadores e 80 aliados de 30 países” (Declaração de Bruxelas, 2005), e apresentado na Conferência Europeia para o Trabalho Sexual, realizada em Outubro de 2005, em Bruxelas, Bélgica.

Apresenta o documento como intenções a luta contra a legislação repressiva, implementada a nível europeu sob o pretexto de combater o crime organizado e promover a saúde pública, que restringe os direitos dos trabalhadores (sexuais) e empurra a indústria do sexo para a clandestinidade (Declaração de Bruxelas, 2005). E afirma que vários projectos de estudo sobre o trabalho sexual e as associações de trabalhadores sexuais reuniram provas substanciais de legislação e comportamentos discriminatórios que restringem os direitos fundamentais e a liberdade dos trabalhadores sexuais a nível local, nacional e internacional. “Não existe um único país na Europa – incluindo aqueles com indústrias sexuais reguladas – onde os trabalhadores sexuais não tenham reportado discriminação e violação dos direitos humanos” (Declaração de Bruxelas, 2005, pp.1).

Pelo que, é pretensão da declaração identificar os direitos humanos, laborais e migratórios que os trabalhadores sexuais devem ter de acordo com a lei. Direitos esses que deverão ser “respeitados e protegidos no desenvolvimento e implementação de políticas públicas e programas destinados a encarar o tráfico,

a migração irregular e o terrorismo” (Declaração de Bruxelas, 2005, pp. 7). Tal como o direito a ser livre da escravidão, do trabalho forçado e da servidão (idem, ibidem, pp.9), assegurado através de medidas que garantam que os trabalhadores sexuais gozem de plenos direitos laborais, sejam informados destes e tenham acesso a uma vasta gama de medidas e normas que acabem com a exploração sexual e medidas que providenciem assistência apropriada e protecção às vítimas de tráfico, trabalho forçado e práticas similares à escravidão (Declaração de Bruxelas, 2005).

A discussão gerada na Europa relativamente ao modelo óptimo de protecção social e sanitária à indústria da prostituição subiu de tom em 2013 com o lançamento do “Relatório sobre Exploração Sexual e Prostituição e seu Impacto na Igualdade de Género”, da autoria de Mary Honeyball, deputada do Parlamento Europeu eleita pelo Partido Trabalhista britânico. O relatório tomou a forma de uma moção para uma resolução, levada a votação em 21/03/2014 perante um comité do Parlamento Europeu.

Resumidamente, o relatório suportava-se nos seguintes conceitos:

A prostituição é:

- Uma forma de violência contra as mulheres e uma infracção à dignidade humana e à igualdade de género;
- Uma ligação directa ao tráfico e ao crime organizado;
- Uma forma de coerção económica perante as populações mais desfavorecidas e vulneráveis, sobretudo no que diz respeito às mulheres;
- Movida pela procura, que potencia de igual forma a exploração sexual e o tráfico. A procura (por clientes) faz aumentar o mercado da prostituição e, consequentemente, a necessidade de alimentar esse mercado com mulheres e crianças vítimas de exploração;

Defendendo, entre outras medidas de promoção da saúde pública, de protecção e requalificação social dos prostitutos e de combate ao tráfico de pessoas e à exploração sexual, a recomendação aos estados-membro da União Europeia da adopção de um quadro legal relativo à prostituição semelhante ao em

vigor na Suécia, Islândia ou Noruega, conhecido como o modelo nórdico. Este modelo consiste na criminalização da compra de serviços sexuais, punindo os clientes, e na descriminalização da prestação de serviços sexuais, protegendo juridicamente os prostitutos. (Honeyball, 2013)

Levado a votação em 02/12/2013, a moção baseada no Relatório Honeyball foi aprovada pela Comissão do Parlamento Europeu com catorze votos a favor, dois contra e seis abstenções, tomando a forma de recomendação aos Estados-Membro.

O relatório Honeyball, e sua aprovação no Parlamento Europeu, mereceu por parte de diversas associações de trabalhadores sexuais críticas ferozes quanto ao seu conteúdo, forma e intenções. Em reacção foi lançada uma campanha a nível internacional denominada “Hands Off Our Clients!” (<http://www.sexworkeurope.org>), visando sensibilizar a opinião pública e os círculos políticos internacionais para o que consideravam ser um erro crasso no caminho para a adopção de um sistema legislativo relativo à prostituição protector dos trabalhadores sexuais e da saúde pública - a criminalização dos clientes. Simultaneamente, produzem um documento denominado “Tell Members of European Parliament to vote against the criminalisation of clients of sex workers” (<http://www.sexworkeurope.org>), subscrito por 560 organizações não-governamentais e 94 académicos. Este documento tece críticas ao Relatório sobre a Prostituição e Exploração Sexual e o seu Impacto na Igualdade de Género – Relatório Honeyball – e ao modelo nórdico de regulação da actividade da prostituição, salientando:

- A inadequação do relatório, baseado em dados não fiáveis e com erros de representatividade;
- O uso de fontes desacreditadas;
- E a falta de revisão de pares (*peer review*).

Por tal, o documento reflete uma preocupação relativamente à falta de qualidade e fundamentação do relatório Honeyball, que iria ser colocado à votação, situação que, considera, poderia provocar “um sério e potencialmente perigoso impacto nas já marginalizadas populações de imigrantes e cidadãos de

países da União Europeia que ganham a sua vida ou a complementam providenciando serviços sexuais em troca de uma remuneração” (“Tell Members of European Parliament to vote against the criminalisation of clients of sex workers”, 2014). Pelo que, declara a sua posição contra a criminalização dos clientes dos profissionais do sexo, que considera uma medida opressiva, a qual, sob o pretexto de proteger as mulheres, só vai aumentar a sua vulnerabilidade. Acusa Honeyball de ignorar “descaradamente” o facto da descriminalização dos clientes não ter vindo a ser eficaz na redução da prostituição e do tráfico de pessoas. Pelo contrário, reforça, tem aumentado as vulnerabilidades das profissionais do sexo, levando à sua criminalização por arrastamento. E uma das consequências da criminalização dos clientes é a alteração das formas e modelos da prostituição nos países em que se encontra implementada. Por exemplo, a Suécia viu as casas de massagens tailandesas, grande maioria das quais oferece serviços sexuais de forma encapotada, aumentar na cidade de Estocolmo de 90 em 2009 para 250 em 2012, ano em que se calcula existirem cerca de 450 estabelecimentos análogos em todo o país (“Tell Members of European Parliament to vote against the criminalisation of clients of sex workers”, 2014).

Por outro lado, na Noruega um relatório de 2012 da organização Pro-Sentret mostrou evidências que apontam para que o número de trabalhadores sexuais não diminuía e que os níveis de violência contra estes não tinha sido afectado pela lei. O relatório, produzido após pesquisa junto de 123 profissionais do sexo a operar na Noruega, indica que estes passaram a recorrer menos à protecção policial devido ao aumento da estigmatização social e da alteração da percepção das autoridades, que aponta agora para que os profissionais do sexo sejam parte de uma actividade criminoso e, portanto, também eles criminosos (Pro-Sentret, 2012). Tomando o exemplo francês, o documento apresenta também evidências da ineficácia da implementação do modelo nórdico na prevenção da disseminação de doenças sexualmente transmissíveis. Culmina acusando o Comité do Parlamento Europeu dos Direitos da Mulher e Igualdade de Género, que aprovou a moção baseada no relatório Honeyball, de “colocar a ideologia à frente da saúde e da segurança dos trabalhadores do sexo e de ignorar as recomendações de diversas organizações internacionais”, como as

Nações Unidas (United Kingdom Network on Sex Work Projects, 2012 em “Tell Members of European Parliament to vote against the criminalisation of clients of sex workers”, 2014).

Nos últimos anos, foram surgindo a público alguns estudos que procuram avaliar a relação entre as políticas de prostituição em vigor em cada país e o seu impacto no tráfico de pessoas para exploração sexual – ver Jakobsson and Kotsadam, 2010, e Neumayer, Dreher & Cho, 2012, na abordagem economicista.

Concluíram estes estudos pelo relacionamento positivo entre a legalização da prostituição e o aumento do tráfico de pessoas, e em sentido contrário o efeito negativo no tráfico em países onde a prostituição é ilegal.

As conclusões destes estudos foram prontamente usadas como bandeira por aqueles que defendem a ilegalização da prostituição e fortemente criticados pelos defensores da legalização da prostituição.

Foi neste contexto que, em 27 de Novembro de 2014, o Partido Político Reformista (Staatkundig Gereformeerde) e a União Cristã (Christen Unie) apresentaram uma proposta de resolução ao parlamento holandês para financiamento do estudo intitulado “A scientific comparison of the differences in prostitution policy of countries in North-Western Europe and the effects of these policies on the extent of trafficking in those countries” (Um estudo científico sobre as diferenças nas políticas de prostituição dos países do Noroeste Europeu e seus efeitos na dimensão do tráfico nesses países – resolução n.º 34000-VI-53). Aprovada por maioria na câmara baixa do parlamento holandês, a resolução e respectiva intenção de iniciar o estudo mereceu uma rápida e feroz resposta por parte da União Holandesa de Trabalhadores Sexuais – PROUD. Acusando a aprovação da resolução, e sequente alocação de fundos para a realização do estudo, de ser uma acção movida pela ideologia e “um esbanjamento do dinheiro dos contribuintes” (PROUD, 2015, pp.1), produz um documento, em forma de manifesto, que envia ao Parlamento Holandês em 26 de Janeiro de 2015.

O documento, subscrito por cinco associações de trabalhadores sexuais e por catorze académicos de diversos países, apresenta duas preocupações principais relativamente ao estudo: o facto de ser baseado em erros factuais e o

facto de “conter uma proposta de investigação que encontrará problemas metodológicos de tal forma incomensuráveis que irá resultar em resultados imperfeitos e inúteis” (PROUD, 2005, pp.1).

Deixaremos as críticas metodológicas para o capítulo da metodologia para melhor tratamento e enquadramento. Relativamente aos erros factuais, apresenta o exemplo de vários estudos que, alega, demonstram que “a experiência pessoal dos trabalhadores sexuais migrantes na Europa Ocidental têm pouco em comum com a imagem da prostituição forçada e tráfico” apresentada nos Media e na política (PROUD, 2015). Ou seja, apresenta conclusões de estudos – e.g. Wagenaar et alii, 2013; Mai, 2010 – que apontam para a voluntariedade da prestação de serviços sexuais dos trabalhadores sexuais a operar na Europa Ocidental, retirando da equação a coerção e a prostituição forçada, ou seja, se não negando a dimensão do tráfico para exploração sexual no mercado de prostituição na referida zona geográfica, diminuindo sobremaneira a sua importância e o seu impacto.

Pelo contrário, acusam, além do estudo aprovado pelo parlamento holandês não ser exequível devido a vários impedimentos metodológicos, a sua real intenção é a de forçar a criminalização da indústria da prostituição, incluindo os seus clientes, usando a bandeira do combate ao tráfico de pessoas. Numa atitude hostil perante a prostituição e perante a sua legalização que ignora a recomendação de várias organizações internacionais (UNAIDS, 2014; OIT, 2014; Special Rapporteur on Health, 2010, em PROUD, 2015), a voz dos trabalhadores sexuais (ICRSE, 2014, em PROUD, 2015) e os efeitos nocivos documentados da criminalização na “segurança, saúde, condições de trabalho, autonomia e direitos civis dos trabalhadores sexuais” (Juosmanen, 2011; Dodillet c.s, 2011; Thing c.s., 2011; Jordan, 2012, em PROUD, 2015, pp. 6).

Como vimos, através de manifestos, petições ou cartas institucionais, as associações de trabalhadores sexuais e seus apoiantes criticam os estudos realizados que relacionam a legalização da prostituição com o aumento do tráfico de pessoas para a exploração sexual, os estudos que defendem a adopção de políticas de criminalização dos clientes, o modelo nórdico, suportado na ideia que

a prostituição é uma forma de exploração de género, e todos e quaisquer estudos que contrariem as suas posições. Condenando os estudos que, alegam, visam forçar conclusões, forçando a ilegalização da prostituição nas suas variadas formas.

Ao fazer a revisão da abordagem política à relação entre a legislação relativa à prostituição e o tráfico de pessoas pretendíamos dar uma perspectiva da intensa, e até violenta, discussão à volta destes temas que ocorre actualmente na Europa. Mas também era nossa pretensão identificar os conceitos e intenções, normativos que, de forma voluntária ou involuntária, por via directa ou indirecta, parecem ter-se apoderado do que se pretendia uma discussão científica isenta e imparcial sobre políticas de prostituição e sua relação com o tráfico de pessoas.

3.2 Abordagem Jurídica

Judith Kilvington, Sophie Day and Helen Ward (Kilvington, Day & Ward, 2001), publicaram o estudo “Prostitution Policy in Europe: A time to change?” incluído na Feminist Review Collective. Um estudo que, ainda que publicado numa publicação feminista, segue também muitas das linhas da abordagem jurídica, distinguindo as abordagens legais à prostituição da Holanda e da Suécia, e em que medida essa distinção de abordagem condiciona a actividade em cada país e influencia o comportamento dos prostitutas e o tratamento que lhes é dado. Num registo diferente dos estudos feministas referidos anteriormente, pois aborda a problemática da voluntariedade da prostituição de uma forma aberta, admitindo o conceito de prostituição voluntária e, também e de grande relevância, aprofunda o conceito e posicionamento do prostituto em cada país e faz a distinção relevante entre prostitutas nacionais ou residentes legais e prostitutas em situação ilegal, ou seja, sem visto, autorização de residência ou qualquer outro documento ou regime de excepção que lhes permita residir e trabalhar no país.

Assim, Kilvington, Day & Ward defendem que o recente debate sobre a prostituição na Europa que revelou preocupações sobre saúde, emprego e direitos humanos foi influenciado fundamentalmente por duas abordagens

ideológicas diferentes: o abolicionismo e o regulacionismo. E, de acordo com os autores, as duas abordagens divergem *prime* na forma como encaram a problemática do carácter voluntário da prestação de serviços da prostituição. Assim, o abolicionismo, termo que as autoras identificam como análogo ao abolicionismo da prática da escravatura, define a prostituição como forma de violência e exploração contra as mulheres, ou seja, como uma forma de escravatura. O abolicionismo opõe-se ao regulacionismo o qual, por seu lado, defende a prática da prostituição como uma forma de trabalho legítimo. Suportados nestas duas abordagens, dois países, a Holanda e a Suécia, produziram e implementaram leis relativas à prostituição distintas.

Por um lado, a Holanda, suportando-se na abordagem regulacionista à prostituição, legalizou a prática da actividade em bordéis, regulamentando a sua prática de modo a que tanto os estabelecimentos quanto os prostitutas tenham a obrigação de se registar e de apenas poder trabalhar mediante licenciamento institucional. Com a implementação desta legislação era intenção do governo holandês que o “trabalho sexual” fosse encarado como qualquer outra forma de negócio, através da legalização e organização da prostituição voluntária. Mas, também era sua intenção combater a prostituição involuntária ou a exploração da prostituição, aumentando as penalizações contra os responsáveis pela sua exploração. Segundo Kilvington, Day & Ward, esta nova realidade resultou na obtenção por parte dos “trabalhadores sexuais” de plenos direitos sociais, legais e laborais, como a integração no sistema de saúde e a regulamentação da sua actividade relativamente a condições de higiene e segurança no trabalho. Porém, estas regalias apenas se estenderam aos trabalhadores devidamente registados e licenciados, cuja legalidade na actividade dependia da sua condição documental no país. Isto porque o licenciamento para a actividade da prostituição apenas é concedida pelas autoridades holandesas aos prostitutas nacionais dos Países Baixos ou aos estrangeiros com estatuto legal no país. Assim, muitos prostitutas não querem efectuar o registo e licenciamento da sua actividade e outros não são elegíveis para tal por serem menores de idade, por serem toxicodependentes, por se encontrarem ilegais no país ou, simplesmente, por temerem a sua estigmatização social ou das suas famílias. Por estas razões, muitos dos

prostitutos serão excluídos do sistema holandês, “podendo ser afectados adversamente pela nova legislação, na medida em que caem na clandestinidade e se tornam efectivamente invisíveis para as autoridades” (Kilvington, Day & Ward, 2001, pp. 86).

Por seu lado, a Suécia, com uma abordagem abolicionista, implementou leis que punem o recurso à prostituição pelos clientes, enquanto descriminalizam a prática da prostituição pelos prostitutos. Da análise feita à realidade sueca, Kilvington, Day & Ward concluíram que a implementação da legislação na Suécia parece ter contribuído para que todos os prostitutos, quer os nacionais e os legais quer os ilegais documentalmente no país, trabalhem com menor visibilidade. E, mais, que os prostitutos nacionais abandonem o país em busca de novos mercados mais rentáveis, deixando o mercado nacional do sexo entregue aos prostitutos imigrantes, submergidos na total clandestinidade.

Outro dos estudos da abordagem jurídica que destacamos é o estudo de Karen Hindle e Laura Barnett, cujo primeiro contributo foi dado no nosso capítulo relativo à conceptualização da prostituição (pág. 12). Barnett & Hindle, 2003, além de formularem uma conceptualização relativa às várias abordagens legislativas, conforme referido anteriormente, examinam a legislação relativa à prostituição implementada em seis países distintos, Austrália, França, Holanda, Suécia, Inglaterra e Estados Unidos, e avalia até que ponto essa implementação foi de encontro aos objectivos previstos tendo em conta dois factores: a protecção dos prostitutos e a protecção das comunidades. Poderá parecer estranho aos olhos do leitor mas, num estudo a nível europeu, não destacamos as conclusões das autoras relativamente aos estados do “velho continente”, mais concretamente a França, a Holanda e a Suécia ou a Inglaterra. Pelo contrário, abordaremos as conclusões de um estado não europeu, a Austrália. Isto porque nos permitem observar os resultados da adopção de políticas de prostituição baseadas em abordagens diferentes ao fenómeno em estados distintos de um território soberano com fronteiras externas únicas, dividido territorialmente em estados federais e com legislação primária federal. Numa linha de raciocínio, embora adoptando metodologia diferente, do que o presente estudo se propõe para o

Espaço Europeu, salvaguardando as respectivas diferenças em termos de soberania e legislação primária.

Barnett & Hindle apresentam-nos então o caso australiano na perspectiva do Estado da Capital Australiana e do Estado de Victoria, estados do território australiano onde foi adoptada legislação distinta relativamente à prostituição.

O Estado da Capital Australiana (Australian Capital Territory) adoptou em 1992 o Acto da Prostituição (Prostitution Act), cujo preâmbulo expunha os seus principais objectivos:

- “a) manter a saúde pública;
- b) proteger a saúde e segurança dos prostitutas;
- c) limitar a actividade de bordéis em determinados locais;
- d) eliminar a prostituição infantil e a exploração (sexual).”

(Prostitution Act, 1992 em Barnett & Hindle, 2003, pp.4)

De acordo com Barnett & Hindle, o Acto da Prostituição foi elaborado com base na abordagem à prostituição que designa como “descriminalização com controlos” e que consiste não no licenciamento de prostitutas, bordéis ou agências de acompanhantes (*escort agencies*) mas no registo voluntário dos diversos intervenientes da actividade.

Da análise efectuada à experiência do Estado da Capital Australiana, as autoras concluíram que o sistema de registo parece ter atingido os seus objectivos, posto que levou ao quase desaparecimento da prostituição de rua, sendo uma causa provável o facto de outras oportunidades no sector estarem agora mais acessíveis. Por outro lado, a relativa facilidade no registo parece ter também diminuído drasticamente os bordéis e os serviços de acompanhantes ilegais. E, devido às restrições de localização para licenciamento de bordéis, estes ficaram confinados a áreas industriais, afastando-se das zonas habitacionais.

O Estado de Victoria, por sua vez, aprovou em 1995 o Acto de Controlo de Prostituição (Prostitution Control Act), visto por uns como uma abordagem

legislativa de “descriminalização sem controlos” e por outros como uma aproximação à legalização da prostituição.

Os objectivos deste coincidiam, *grosso modo*, com os do Acto da Prostituição que já vigorava no Estado da Capital Australiana, conforme excerto da introdução:

“a) prevenir a exploração sexual de crianças, bem como reduzir a sua exposição perante a indústria da prostituição;

b) escudar as comunidades dos aspectos negativos relacionados com a prostituição;

c) reduzir o envolvimento criminoso na exploração da prostituição;

d) salvaguardar a saúde e a segurança ocupacionais dos prostitutas e proteger os clientes de qualquer risco de saúde.”

(Prostitution Control Act, 1995 em Barnett & Hindle, 2003, pp.7)

O Acto de Controlo de Prostituição impôs o licenciamento tanto de negócios colectivos de prostituição, bordéis ou serviços de acompanhantes, como dos prostitutas que desenvolvem a sua actividade individualmente. Este licenciamento é bastante mais burocrático que aquele em prática com o Prostitution Act do estado da Capital Australiana, impondo vários e complexos requisitos. Entre estes, impôs aos potenciais empresários os seguintes pré-requisitos: a submissão a uma avaliação de antecedentes policiais e a uma sindicância às suas finanças, uma demonstração de capacidade para gerir os novos negócios e a garantia de serem pessoas “de boa reputação, relativamente ao carácter, honestidade e integridade” (Prostitution Control Act, 1995 em Barnett & Hindle, 2003, pp.8). Sendo a intenção do último prevenir a entrada na actividade de redes de crime organizado. Ainda como pré-requisito o licenciamento zonal pelos concelhos municipais, cujos regulamentos proibiam o funcionamento de bordéis ou agências de acompanhantes a menos de duzentos metros de escolas, hospitais ou locais de culto, e ainda o cumprimento de regulamentos específicos de higiene e limpeza.

O modelo de licenciamento da prostituição no Estado de Victória resultou na impossibilidade ou falta de vontade de muitos potenciais empresários do sexo, sobretudo dos mais modestos, em abrir negócios devidamente licenciados. E, deste modo, monopolizando a actividade em favor dos bordéis luxuosos e de maior dimensão e preterindo os pequenos negócios. Empurrando aqueles que não se conseguem licenciar para a clandestinidade e a ilegalidade e fazendo crescer a prostituição de rua.

Em resumo, embora prevendo punições severas para empresários e prostitutas detectados em situação de ilegalidade, a excessiva burocratização do Prostitution Control Act parece ter resultado numa “incontrolável expansão da prostituição ilegal” (Barnett & Hindle, 2003, pp.9) no território do Estado de Victoria.

Pela análise ao estudo de Karen Hindle e Laura Barnett vimos em que medida o grau de burocratização e exigência das medidas legislativas adoptadas num determinado território condicionam a actividade da prostituição e levam aos resultados legislativos desejados.

Convém também examinar, no âmbito da literatura jurídica publicada, em que medida o uso das políticas relativas à prostituição pode servir de instrumento de combate ao tráfico de pessoas para fins sexuais. E, complementarmente, avaliar em que medida a implementação dessas políticas tem efeitos concretos na prevenção e combate ao tráfico sexual.

Victoria Hayes oferece-nos essa análise e avaliação no seu estudo “Prostitution Policies and Sex Trafficking” (Hayes, 2008). Vai, até, mais além ao introduzir uma componente política no estudo defendendo que o uso do argumento tráfico de pessoas na adopção e implementação de políticas relacionadas com a prostituição é uma “mentira da nações”, e que o argumento tráfico apenas é usado para validar as crenças sociais e ideológicas de cada país relativamente à prostituição (Hayes, 2008).

Hayes distingue quatro abordagens legislativas à prostituição: A criminalização completa; a descriminalização parcial; a descriminalização; e a legalização.

Na criminalização completa “todos os aspectos da prostituição – tanto a venda quanto a compra de sexo, bem como o envolvimento de terceiros - são ilegais e considerados crime no código penal” (Hayes, 2008, pp.7). O objectivo desta abordagem legislativa, que tem geralmente uma grande influência da moral cristã, é a erradicação completa da indústria da prostituição. A criminalização completa coloca o prostituto, o cliente e o proxeneta no mesmo nível de culpabilidade criminal e leva, na grande maioria dos casos, a uma maior e mais vigorosa acção policial sobre a prostituição.

De acordo com a autora, existem opiniões diversas relativamente aos efeitos que a criminalização da prostituição tem sobre o tráfico de pessoas para exploração sexual. Os defensores desta abordagem argumentam que a criminalização detém o tráfico sexual ao reduzir a relação custo-benefício da actividade e ao aumentar o risco de detenção e condenação legal dos traficantes. Por outro lado, os seus opositores, também suportados na lógica economicista, defendem que “a abolição de produtos e serviços proibidos pode ter o efeito de exacerbar os males por eles causados” (Hayes, 2008, pp. 9). Pois a criminalização pode aumentar o preço de equilíbrio do mercado, criando incentivos para a entrada nesse mercado de redes de crime organizado. Na verdade, argumentam, a criminalização aumenta o tráfico ao, provocando a diminuição do número de prostitutas nacionais em actividade num determinado mercado, criar uma oportunidade às redes criminosas de suprirem o consequente *deficit* de oferta com a introdução nesse mercado de prostitutas traficadas.

Na descriminalização parcial, a actividade dos prostitutas é descriminalizada enquanto os restantes agentes - clientes ou proxenetas – são punidos criminalmente. Esta abordagem legislativa assenta na ideia que a prostituição é uma forma de violência do homem contra a mulher, pelo que “as trabalhadoras sexuais são vítimas vulneráveis de um sistema de exploração patriarcal” (Halley, 2006 em Hayes, 2008). De acordo com Hayes, em vez de condenar os prostitutas, cometendo assim a injustiça social de punir o que considera vítimas, a descriminalização parcial tem como objectivos centrais a diminuição da procura e a defesa das vítimas da actividade.

Tomando essa linha de raciocínio, os seus defensores apontam para que a descriminalização parcial, ao criminalizar a compra de sexo por clientes, diminui a procura por aqueles de pessoas traficadas, diminuindo o tráfico sexual. E, por outro lado, ao defender os prostitutos de qualquer risco penal pela prática da sua actividade, aumenta a probabilidade destes ajudarem as autoridades na investigação de casos de tráfico sexual (Hayes, 2008).

Os críticos da descriminalização parcial, por seu lado, acusam esta abordagem jurídica de empurrar a prostituição e o tráfico de pessoas para uma situação de ainda maior clandestinidade, expondo as vítimas a maiores abusos (Halley, 2006 em Hayes, 2008). E que, a submersão na clandestinidade do tráfico torna ainda mais difícil a sinalização e o auxílio às suas vítimas. Por outro lado, os prostitutos, ainda que imunes à condenação judicial, tendem a proteger os seus clientes, recusando-se a auxiliar as autoridades na sua condenação. E os clientes, por seu lado, negar-se-ão a auxiliar investigações judiciais com medo de eventuais responsabilizações criminais (Hayes, 2008).

Na legalização, a prática da prostituição é permitida em certas condições e sujeita a regulamentação. É, pois, uma abordagem regulatória da prostituição através de vários controlos específicos. Controlos esses que actuam sobre as condições em que a prostituição pode ser exercida. Estes controlos podem incluir, por exemplo, a proibição de bordéis ou a obrigatoriedade de licenciamento para seu funcionamento, e o licenciamento dos prostitutos e a obrigatoriedade da submissão destes a exames médicos periódicos (Hayes, 2008).

Cada sistema de regulação nacional distingue três categorias de ilícitos criminais relacionados com a prostituição: Os praticados pelos prostitutos; os praticados pelos clientes; e os praticados por terceiros (Outshoorn, 2005 em Hayes, 2008). De igual modo, a legislação pode diferenciar tipos de prostituição, distinguindo, por exemplo, a prática em bordéis licenciados da prostituição de rua (Levenkron, 2007 em Hayes, 2008). Não obstante, a premissa básica por detrás da maioria dos regimes baseados na legalização é que a prostituição é parte da ordem social, mas necessita de ser controlada para protecção da saúde e da ordem pública (Outshoorn, 2005 em Hayes, 2008).

Os seus simpatizantes defendem que a legalização reduz o tráfico de pessoas, pois os prostitutos voluntários preenchem o mercado, saciando a procura local. Uma argumentação economicista relativa ao possível efeito de substituição da prostituição que trataremos com maior relevância mais à frente no estudo de Neumayer, Dreher & Cho, 2012 (abordagem economicista). Por outro lado, os clientes terão tendência a colaborar com autoridades por não temerem repercussões legais (Fick, 2007 em Hayes, 2008).

Os críticos destroem, porém, estes argumentos e afirmam que os alegados benefícios da legalização são ilusórios. Isto porque, defendem, a legalização criará a predominância do efeito de escala sobre o efeito de substituição, ao, expandindo a indústria do sexo, aumentar a procura de mulheres que terá de ser suprida através de mulheres traficadas. (ver Neumayer, Dreher & Cho, 2012, Abordagem economicista). Assim, em vez de criar uma indústria segura para os prostitutos, a legalização criará um paraíso para os traficantes (Diep, 2005 em Hayes, 2008). “Bordéis, clubes de strip e casas de massagem que facilitam a prostituição criam uma crescente procura de “nova mercadoria” que impulsiona o tráfico internacional” (Healy & O’Connor, 2006 em Hayes, 2008). Por outro lado, a legalização permite criar uma máscara de legalidade sobre o tráfico sexual, ao possibilitar que os traficantes obtenham autorizações de residência para as suas vítimas, e, instruindo-as a dissimular a sua real condição, as façam confundir com trabalhadores sexuais imigrantes (Idem, ibidem).

A descriminalização completa acontece, de acordo com Hayes, quando não existem quaisquer punições relativamente à prática da prostituição nem quaisquer controlos específicos relativamente à actividade. No entanto, nesta abordagem o tráfico sexual é visto como uma realidade distinta da prostituição, pelo que é criminalizado. Na descriminalização completa, a prostituição é considerada uma actividade legítima.

Até à data, nenhum país adoptou plenamente esta abordagem jurídica, pelo que não é possível verificar empiricamente os seus resultados. Na verdade, defende Hayes, a não adopção desta abordagem será resultado das condicionantes ideológicas e morais dos países, os quais parecem “não ter

vontade em permitir que a prostituição exista sem qualquer controlo” (Hayes, 2008, pp. 12)

De resto, Hayes argumenta que “a relação entre as políticas de prostituição e o tráfico de pessoas é fabricada pelas nações que usam o argumento do tráfico sexual para validar as suas próprias crenças sociais acerca da prostituição” (Hayes, 2008, pp. 3 e 4). Assim, “cada país adopta a abordagem à regulação da prostituição que melhor encaixe na sua cultura moral e nos seus valores (...) usando o tráfico de pessoas como justificação da escolha dessa abordagem” (idem, ibidem). A autora defende que, embora a adopção de certo tipo de abordagem legislativa à prostituição baseando-se nos valores morais e culturais possa ser inofensivo, o uso do argumento tráfico sexual para manipular a escolha dessa abordagem pode ser prejudicial ao combate ao tráfico humano no global.

3.3 Abordagem Sociológica

Esses valores morais e culturais, contudo, têm-se alterado ao longo da história, condicionando, em cada época, a produção legislativa relativa à prostituição.

Phil Hubbard, Roger Matthews e Jane Scoular, 2008, numa perspectiva sociojurídica, dão-nos conta dessa “evolução” histórica da abordagem à prostituição, e, conseqüentemente, à exploração da prostituição, no seu estudo de cariz sociolegal “Regulating Sex in the EU: Prostitute Women and the New Spaces of Exclusion” (Hubbard et alii, 2008).

Tomando o estudo de caso de três exemplos europeus, Suécia, Holanda e Inglaterra e País de Gales, os autores defendem que a abordagem legislativa relativa à prostituição foi-se alterando ao longo do tempo ao sabor da evolução dos valores morais e culturais da Sociedade. Distinguem duas grandes etapas na abordagem política à prostituição. Entre o séc. XVIII e o Séc. XX, a abordagem moral à prostituição, actividade vista como um atentado à moral social e aos bons costumes. Pelo que, “diferentes técnicas de governabilidade e de vigilância

patrocinadas pelo Estado foram usadas para conter, excluir ou controlar os prostitutos na assumpção de que eles ameaçam a coesão social” (Hubbard et alii, 2008). O séc. XX assistiu ao aparecimento de duas novas abordagens à prostituição. Por um lado, o pânico social criado pelo Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), nos anos 80, apontou as espingardas à prostituição, com maior incidência nos seus agentes principais, os prostitutos, vistos como vector chave para a transmissão da doença. No entanto, relativamente ao Espaço Europeu, este “mito” foi substituído por uma segunda série de representações da prostituição como uma forma de violência de género (Hubbard et alii, 2008). Nesse sentido, a “política contemporânea relativa à prostituição da União Europeia aderiu à perspectiva de que a prostituição feminina raramente é voluntária e que é muitas das vezes consequência do Tráfico Sexual” (Hubbard et alii, 2008, pp.137). As representações da prostituição como violência de género, embora contrariadas por associações de prostitutos que defendem que a prostituição é trabalho sexual legítimo, “são fundamentais para a moldagem das actuais respostas legais à prostituição” (Doezema, 2000 em Hubbard et alii, 2008)

A adopção dessa perspectiva legal e a crescente ansiedade acerca da exploração da prostituição levou à alteração da “geografia legal da prostituição” (Hubbard et alii, 2008, pp. 138) em que as “definições legais da rua (prostituição de rua), do bordel, do clube privado, da Internet, ou dos estabelecimentos licenciados se cruzam com as definições de prostituto, de cliente, de proxeneta e de traficante”, tornando-se foco da actividade legislativa (idem).

Nesse sentido, os autores destacam a “emergente unanimidade relativamente à crença de que a exploração sexual poderá ser efectivamente combatida através da criminalização da acção dos participantes nas formas (e espaços) mais visíveis da indústria do sexo” (Hubbard et alii, 2008, pp.138). Porém, sem colocar de parte a ideia que essa criminalização possa prevenir certas formas de abuso, defendem que a acção policial contemporânea cria “oportunidades para a exploração ao perpetuar o abandono e a exclusão” (idem, ibidem). Este abandono e exclusão reforçam a imagem de *homo sacer* (Agamben G., 1998, em Hubbard et alii, 2008) das trabalhadoras sexuais, “no limiar entre o

sujeito humano e o inadmissível animal” (Hubbard et alii, 2008, pp. 138), reflectindo “a geografia legal de exclusão que as torna visíveis perante o Estado e a Lei, porém desprovidas dos direitos dos cidadãos trabalhadores” (idem, ibidem).

Tendo em conta a recorrente exclusão dos seus principais agentes e posto que a prostituição tem formas e geografias diferentes, as estimativas relativamente à sua magnitude são manifestamente pouco fiáveis. Porém, alguns estudos apontam para que a maioria dos prostitutas a operar no espaço da União Europeia sejam nacionais de países terceiros. E entre essas, a sua grande maioria terá sido traficada para o espaço europeu para efeitos de exploração sexual (Hubbard et alii, 2008). “Este facto está relacionado com identificação do tráfico como um subproduto significativo da complexidade das redes globais com o crescimento das redes criminosas transnacionais, uma manifestação negativa da globalização decorrente da expansão de ligações económicas, políticas e sociais transnacionais que estão cada vez mais fora do controlo local ou estatal” (Goodey, 2003 em Hubbard et alii, 2008).

De resto, a violação do corpo dos trabalhadores sexuais traficados tornou-se o emblema da violação das fronteiras nacionais, “reforçando os receios da erosão da segurança nacional e europeia” (Berman, 2003 em Hubbard, 2008, pp. 140).

Pelo que, concluem os autores, a ratificação de nova legislação relativa à prostituição destinada a proteger as mulheres vulneráveis da exploração sexual pode ser entendida como uma forma dos estados reduzirem a ansiedade causada por um futuro globalizado (Hubbard et alii, 2008). Ao erradicar determinados espaços de prostituição e promover uma crescente repressão da prostituição de rua sob o pretexto de proteger os prostitutas e a sociedade, os estados, defendem os autores, promovem o “desaparecimento dos prostitutas para lá das fronteiras da visibilidade respeitável (e frequentemente da protecção do estado e da lei)” (Hubbard et alii, 2008, pp. 149). “Desprovidas de direitos laborais, dignidade e protecção adequada, essas mulheres prostitutas excluídas da vida política e do reconhecimento estatal parecem vulneráveis à exploração e inevitavelmente reduzidas a uma forma de vida vazia” (idem, ibidem)

Por outro lado, como defende Svitlana Batsyukova no seu estudo “Prostitution and Human Trafficking for Sexual Exploitation” não é a prostituição por si própria que potencia o tráfico sexual, mas a exploração da prostituição (Batsyukova, 2007).

Pelo que, numa altura em que a exploração sexual domina a discussão sobre tráfico de pessoas, tem-se assistido a uma crescente e cada vez mais calorosa discussão relativamente a como abordar a prostituição. Segundo a autora, existem duas posições manifestas actualmente, a favor e contra a prostituição, suportando-se em argumentos antagónicos:

“- A prostituição não é a profissão mais velha do mundo, mas a mais velha forma de violência.

- A legalização da prostituição é libertação sexual.

- Prostituição é humilhação e exploração sexual e deve ser designada como tal.

- Os estados que promovem a prostituição protegem o cliente e não a vítima.

- A prostituição regulada deve ser descriminalizada.”

(Batsyukova, 2007, pp. 46 e 47)

A autora defende que o modo como o mercado da prostituição opera pode criar oportunidades para o tráfico de pessoas. Nesse sentido, a procura do sexo exerce grande influência na indústria da prostituição pelo que caso não existissem clientes do sexo masculino assistiríamos à sua falência.

Batsyukova destaca também os benefícios de sistemas de prostituição licenciados para a supervisão mais fácil da indústria do sexo. Onde uma inspeção pode focar a atenção das autoridades para a posse de licenciamento mas também para o eventual emprego de prostitutas em situação ilegal ou de vítimas de tráfico.

A fiscalização administrativa da indústria do sexo não alcança, contudo, certos sectores secretos da indústria do sexo. Isto porque a legalização da

actividade, como por exemplo o licenciamento de bordéis, leva à deslocalização da indústria do sexo. Deste modo, certa franja da população ligada ao negócio do sexo muda-se para áreas menos fiscalizadas e menos policiadas.

Pelo que, “na era da globalização, onde tudo se desloca, incluindo pessoas, dinheiro, doenças e o crime” não é possível negligenciar o tráfico de pessoas nem as suas ligações à exploração da prostituição (Batsyukova, 2007, pp. 50). A compreensão destes dois fenómenos conduzirá a um eficaz combate ao tráfico e a uma eficaz assistência e um adequado tratamento às suas vítimas (idem, ibidem).

Stephanie Limoncelli, no seu estudo “Human Trafficking: Globalization, Exploitation and Transnational Sociology, reforça a influência da Globalização no surgimento de novos paradigmas de tráfico de pessoas, ao “exacerbar o tráfico ilícito de pessoas (...) dentro e entre fronteiras territoriais” (Limoncelli, 2009). Para a autora, o tráfico humano reflete o lado negro da Globalização, ao refletir uma componente do intenso movimento de pessoas e de capitais através do Globo.

Pelo que uma abordagem transnacional ao tráfico de pessoas poderá ajudar os investigadores a pensar o tráfico de duas formas importantes:

“Primeiro, pode facilitar os estudos sobre tráfico que atravessam sub-campos sociológicos e fronteiras disciplinares, bem como especializações geográficas. Embora seja importante tratar o tráfico dentro de disciplinas, partindo dos interesses particulares de cada uma, essas fronteiras podem criar matrizes que podem limitar as conclusões. (...)”

Segundo, posto que o tráfico é entendido como um processo transnacional que envolve o movimento de pessoas entre fronteiras, os investigadores ainda não analisaram as suas relações com outras relações políticas, económicas e culturais intra e inter-fronteiriças. Usando uma matriz transnacional, podemos estudar o tráfico global e comparativamente, olhando especificamente para as relações entre o tráfico e outros processos transnacionais. (..) Podemos também examinar as relações entre o tráfico e os processos locais que o facilitam ou o escondem.” (Limoncelli, 2009, pp.73)

Defende a autora que os dados empíricos existentes sobre o tráfico de pessoas têm sido limitados por uma série de factores como: a falta de uniformização da definição de tráfico; o falhanço na sinalização, identificação e documentação das vítimas; a falta de informação sobre os traficantes; a necessidade de coordenação de a recolha de dados a nível internacional; o perigo de estudar um fenómeno associado com a criminalidade organizada; e a dificuldade de estudar uma “população escondida”, cujas dimensões ou fronteiras não são conhecidas (Andrees and Van Der Linden, 2005; Di Nicola, 2007; Kelly, 2005b; Laczko, 2005; Tyldum and Brunovskis, 2005, em Limoncelli, 2009). “O número de pessoas traficadas a nível mundial é desconhecido, e as estimativas têm variado largamente”, pelo que existe uma urgência por melhores indicadores de tráfico (Limoncelli, 2009, pp. 74).

Pelos dados conhecidos, as pessoas traficadas variam em relação à idade, educação, etnia, nacionalidade ou classe social. No entanto, coincidem quase sempre numa característica: fazem parte de grupos marginalizados e vulneráveis dentro dos seus países, sendo geralmente traficadas de áreas pobres de países subdesenvolvidos para países mais ricos (Limoncelli, 2009).

Isto porque, sendo o tráfico uma “actividade altamente rentável, gerando milhares de dólares anualmente” (Limoncelli, 2009, pp. 75), os traficantes ou redes de tráfico tendem a procurar mercados potenciadores do lucro com a exploração das vítimas.

A autora defende que existe a necessidade de sinalizar e estudar mais aprofundadamente as características das vítimas mas, sobretudo, dos traficantes para “compreender melhor as relações entre as organizações de traficantes e os processos económicos e políticos”, como a eventual diversificação e profissionalização dos traficantes “em conjunção com a expansão do capital transnacional, a liberalização da actividade económica, a expansão de novos mercados, ou como os estados podem estar a apoiar desenvolvimentos económicos baseados, parcialmente, em sistemas de tráfico” (Kyle and Dale, 2001; Monzini, 2005; Taylor and Jamieson, 1999, em Limoncelli, 2009, pp. 76).

Pelo que existe necessidade de aprofundar a investigação relativamente às causas políticas e económicas do tráfico e à forma como as desigualdades cruzadas ajudam a potenciá-lo (Limoncelli, 2009). Quando existem diferenças entre países e regiões, os estudos comparativos são uma forma de ajudar a compreender os fenómenos que facilitam ou dificultam o tráfico.

Urge estudar as causas que levam ao recrutamento/aliciamento de vítimas nos seus países (*push-factors*, *nota nossa), como as desigualdades sociais e económicas que criam populações marginalizadas vulneráveis ao tráfico, mas também as causas que levam os traficantes a colocarem essas vítimas em determinados países ou regiões (*pull-factors*, *nota nossa). Limoncelli, apresenta como *pull-factor* a procura de vítimas e do trabalho barato e dúctil que estas podem proporcionar, potenciando o lucro. “São os incentivos económicos que atraem os traficantes, sejam estes pequenos negócios familiares ou grandes operações internacionais que envolvem milhares de dólares” (Limoncelli, 2009, pp. 80). Pelo que, muitas vezes, são as características políticas e económicas dos mercados de destino que parecem potenciar o tráfico para esse país.

E umas das características possíveis é a legislação relativa à prostituição nos países de destino. Embora permaneça um tópico controverso, há quem defenda o argumento de que a formalização (legalização/regulamentação) de mercados clandestinos e/ou ilegais, tal como a prostituição, pode ser uma forma de reduzir o tráfico (Kempadoo et alii, 2005; Raymond, 2002, em Limoncelli, 2009).

A abordagem sociológica pode, segundo Limoncelli, contribuir para a evolução do conhecimento académico sobre o tráfico de pessoas ao permitir “olhar globalmente para a cultura, a política e a economia internacionais e a suas relações com o tráfico” e “examinar as relações entre o tráfico e os vários processos culturais, políticos e económicos inter e intra fronteiriços (Limoncelli, 2009, pp. 83). Através de estudos comparativos será possível recolher informação sobre as formas como a exploração das vítimas e a práticas laborais destas estão a ocorrer. Permitindo, assim, “analisar as interconexões complexas, nacionais e transnacionais, locais e globais, que facilitam o tráfico, e iluminar as causas e as

dinâmicas do tráfico, os seus componentes culturais e a sua abrangente economia política” (Limoncelli, 2009, pp. 84)

3.4 Abordagem Economicista

Como vimos em Limoncelli é de especial relevância estudar o tráfico de pessoas à luz da corrente economicista, a qual aborda o tráfico de pessoas como uma actividade económica que tem como objectivo principal o lucro (Jakobsson and Kotsadam, 2010).

Embora seja considerado como um crime contra a humanidade cuja prática é severamente punida a nível internacional, o tráfico de pessoas é, de acordo com os estudos de várias instituições internacionais, a segunda fonte de receitas ilícitas a nível mundial (Comissão Europeia, 2009), a seguir ao tráfico de droga. Ou seja, o tráfico internacional de pessoas é uma actividade altamente lucrativa (Chau et Alii, 2010). E grande maioria das vítimas são mulheres e raparigas destinadas aos mercados da prostituição para exploração sexual (Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, 2009). Por tal, faz todo o sentido estudar a prostituição e o tráfico de pessoas de acordo com a matriz economicista.

E uma das leis fundamentais da economia é a lei da oferta e da procura. Se factores como a pobreza, a desigualdade e a marginalização social e económica têm um papel fundamental no tráfico de pessoas para a exploração sexual, potenciando a oferta, as características do mercado nacional da prostituição dos países receptores de tráfico humano condicionam a procura (Jakobsson & Kotsadam, 2010).

De acordo com os casos detectados, o tráfico de pessoas é uma actividade desenvolvida por organizações de crime organizado que actuam como agentes de negócios, tentando maximizar os seus lucros (Salt, 2000; UNODC 2006; UNODC 2009 em Jakobsson & Kotsadam). Sendo o objectivo central do tráfico gerar lucros, os traficantes têm tendência a traficar pessoas para exploração sexual

para os mercados de prostituição onde obterão maiores proveitos (Jakobsson and Kotsadam, 2010; UNODC, 2009).

Niklas Jakobsson e Andreas Kotsadam defendem que a rentabilidade do tráfico para um determinado país depende das características do comércio nacional de sexo. E um factor fundamental para a rentabilidade do sexo comercial é o enquadramento legal que o rodeia (Jakobsson & Kotsadam, 2010).

Uma das condicionantes que leva a que um mercado seja mais lucrativo que outro, além do nível de riqueza nacional, é a legislação relativa à prostituição. Se por um lado as vítimas são, em geral, traficadas de áreas relativamente mais pobres para áreas mais abastadas (Limoncelli, 2009; UNODC, 2012), por outro, a legislação relativa à prostituição num determinado país poderá influenciar o ratio oferta-procura de serviços sexuais ao ponto de potenciar o aumento do influxo de tráfico de pessoas para esse país, suprimindo o aumento da procura de serviços sexuais (Neumayer, Dreher & Cho, 2012). Assim, as acções e inacções estatais são determinantes na estruturação de possibilidades de lucro de tráfico (Jakobsson & Kotsadam, 2010).

Jakobsson e Kotsadam defendem no seu estudo que as leis relativas à prostituição mais brandas ou permissivas tornam mais rentável o tráfico de pessoas para um país e permitem, conseqüentemente, que a quantidade do tráfico para esse país cresça conseqüentemente. Por outro lado, legislação mais dura e restritiva pode reduzir a quantidade de tráfico para um país.

Pelo que, concluem, o tráfico de pessoas para exploração sexual é menos prevalente nos países onde a prostituição é ilegal, mais prevalente em países onde a prostituição é legal e intermédia nos países onde apenas os clientes são punidos (Jakobsson & Kotsadam, 2010). Estes resultados sugerem que a criminalização da venda ou da compra de sexo pode reduzir o influxo de tráfico para um país.

Por seu lado, Seo-Young Cho, Axel Dreher e Eric Neumayer defendem que existem dois efeitos contraditórios da legalização da prostituição num determinado país no tráfico de pessoas:

1. O efeito de escala da legalização da prostituição leva a uma expansão do mercado da prostituição e, portanto, a um aumento do tráfico de pessoas;

2. O efeito de substituição da prostituição reduz a procura de mulheres traficadas, favorecendo as prostitutas nacionais em relação às prostitutas traficadas.

O estudo quantitativo realizado com base em 150 países aponta para que o efeito de escala predomine sobre o efeito de substituição. Isto porque, em média, nos países onde a prostituição é legalizada é sinalizado um maior número de casos de tráfico de pessoas (Neumayer, Dreher & Cho, 2012).

No entanto, admitem os autores, é impossível afirmar peremptoriamente que o efeito de escala substitui o efeito de prostituição e que a legalização da prostituição aumenta os influxos de tráfico de pessoas. Isto por causa da natureza clandestina da prostituição e dos mercados de tráfico de pessoas.

Porém, um factor que poderá suportar a predominância do efeito de escala sobre o efeito da substituição é a vontade dos agentes da prostituição: prostitutos e proxenetas. Isto porque existe um “prémio de remuneração” para os seus agentes se a prostituição é ilegal, comparativamente com a situação em que é legal, porque os prostitutos e proxenetas precisam de ser compensados pelo risco que correm de serem punidos pela lei (Neumayer, Dreher & Cho, 2012). Por outro lado, na ilegalidade as vítimas de tráfico estão significativamente mais vulneráveis e expostas às exigências dos seus proxenetas, o que permite uma mais fácil exploração dos primeiros pelos segundos, tornando-lhes o negócio mais simples e lucrativo (idem, ibidem). O que justificará uma violenta oposição dos traficantes à legalização da prostituição.

E se a ilegalidade não acaba com a actividade da prostituição, continuando a existir procura pelos clientes e vontade em fornecer os serviços por prostitutos e proxenetas e a lei da oferta e da procura será o princípio que regerá o equilíbrio da quantidade de prostituição praticada, a oferta e a procura aumentarão com a legalização da prostituição. Pelo que o equilíbrio quantitativo da prostituição será maior nos regimes legais comparado com a situação onde a prostituição é ilegal

e, assim, o aumento do equilíbrio da quantidade da prostituição causará um aumento do efeito de escala (Neumayer, Dreher & Cho, 2012).

Davidson e Anderson, num estudo preparado para a Organização Internacional das Migrações (OIM), seguem a linha de raciocínio economicista e procuram dar resposta à pergunta: o tráfico de pessoas é movido pela procura? É, de facto, sobre a influência da procura no mercado do sexo de determinado país que muitos estudos economicistas se debruçam, apresentando, muitas das vezes, como paradigmas países onde apenas a procura de sexo (por clientes) é punida.

No seu estudo, defendem que existem três factores relacionados que explicam a exploração de pessoas tanto no trabalho forçado quanto na prostituição:

1. A não regulamentação dos sectores de actividade em que trabalham;
2. A abundante oferta de trabalho explorável;
3. O poder e a maleabilidade das normas sociais que regulam o comportamento dos empregadores e dos clientes.

(Davidson & Anderson, 2003)

Assim, “a expansão continuada de um qualquer mercado não regulamentado exigirá e facilitará a exploração de trabalho vulnerável” (Davidson & Anderson, 2003, pp.5). Pelo que, “tanto no trabalho doméstico como no trabalho sexual, a ausência de regulação efectiva é um dos factores que ajudam a criar um ambiente no qual é possível e lucrativo usar trabalho forçado” (idem, ibidem).

Os estudos economicistas abordados até ao momento trataram de temas como a oferta e a procura da prostituição, países de proveniência e destino do tráfico de pessoas, prostitutos, vítimas, clientes, proxenetas e traficantes. Porém, ao abordar o tráfico de pessoas na perspectiva economicistas, interessará conhecer qual a realidade e a relevância da actividade de um agente muitas das vezes esquecido mas quase sempre presente em qualquer actividade económica: o intermediário.

Os economistas Randall Akee, Arjun Bedi, Arnatu K. Basu e Nancy Chau (Chau et Alii, 2010) oferecem-nos essa nova perspectiva sobre o tráfico para exploração sexual, salientando a importância do intermediário no tráfico entre países de origem e de destino, o qual parece actuar num mercado grossista internacional, colocando o produto no mercado que maior lucro lhe possa proporcionar.

Resultados de investigações recentes revelam que o tráfico de pessoas é impulsionado por redes criminosas locais (Chau et Alii, 2010). E se algumas dessas redes vendem ou colocam as vítimas no mercado doméstico para alimentar a procura local, outras projectam-se internacionalmente, fornecendo redes ou agentes de tráfico nos países de origem.

De resto, defendem os autores, existem duas características que fazem mover o mercado de tráfico de pessoas:

- A procura pelos clientes de mão-de-obra explorável para trabalho clandestino;
- A acção dos intermediários no tráfico na escolha do mercado nacional para colocar a sua “mercadoria”.

Assim, de acordo com o modelo proposto pelos autores, o tráfico de pessoas acontece primeira e principalmente como consequência da resposta dos intermediários à procura de pessoas traficadas nos países de origem e de destino. Essa procura depende, entre outros factores, da probabilidade de descoberta pelas autoridades do trabalho clandestino e, por força dessa descoberta, da cessação da actividade. E a probabilidade de descoberta dependerá, por sua vez, de duas políticas-chave: A implementação e execução de programas de protecção de vítimas; e a legislação e aplicação da lei relativamente à prostituição (Chau et Alii, 2010).

Como resultado do estudo efectuado, concluíram que a proibição legal da prática da prostituição tem impacto positivo não só nos números relativos a tráfico de pessoas nos países de destino das vítimas, mas também nos países de origem. No mesmo sentido, e relativamente ao efeito que uma maior possibilidade de descoberta do trabalho clandestino poderá ter no tráfico, concluíram que uma

fiscalização intensificada nos países de destino pode aumentar a vontade de adquirir vítimas de tráfico pelos clientes, encorajando, assim, o tráfico transnacional. De igual modo, o aumento da fiscalização no país de origem pode jogar a favor das redes criminosas ao subir o preço de reserva das vítimas e, assim, a rentabilidade do tráfico transnacional.

Em conclusão, concordamos *grosso modo* com a conceptualização economicista da prostituição e do tráfico de pessoas como actividades económicas, porque visam o lucro. E, como justificaremos à frente, aceitamos como muito válido o correlacionamento entre as variáveis tráfico de pessoas e legislação relativa a prostituição.

Porém, colocamos reservas relativamente à leitura do número de casos de tráfico de pessoas sinalizadas como a representação do todo e, consequentemente, às conclusões extraídas.

Tomaremos a estruturação dos estudos economicistas desenvolvidos como suporte para a formulação da questão da investigação e da hipótese que será avaliada ao longo deste projecto de investigação e consideraremos as mesmas variáveis a nível metodológico – a legislação relativa a prostituição e o tráfico de pessoas.

4 – Questão de investigação e formulação de hipóteses

4.1 – Questão de investigação

Tal como verificámos no capítulo anterior, Neumayer, Dreher & Cho, (2012) defendem que existem dois efeitos contraditórios da legalização da prostituição no tráfico de seres humanos: por um lado, o efeito de escala da legalização da prostituição, que leva a uma expansão do mercado da prostituição e, portanto, a um aumento do tráfico humano com vista a suprir as necessidades de um mercado mais alargado; por outro, o efeito de substituição, que reduz a procura por mulheres traficadas, favorecendo as prostitutas nacionais ou com residência legal. O seu estudo, realizado com base em números de 150 países, leva-os a concluir que o efeito de escala predomina sobre o efeito de substituição. Esta conclusão é extraída da constatação numérica que, em média, os países onde a prostituição é legal têm um maior grau de casos de influxo de tráfico de seres humanos sinalizados. Assim, o estudo de Neumayer, Dreher & Cho, (2012) aponta para que a legalização da prostituição num país aumenta o influxo de pessoas traficadas. No entanto, são os próprios autores que questionam a validade das suas conclusões ao declarar que, devido à natureza clandestina da prostituição e dos mercados de tráfico, é impossível afirmar peremptoriamente que o efeito de escala substitui o efeito de substituição e que a legalização da prostituição aumenta os influxos de tráfico de seres humanos.

Porém, é possível fazer uma leitura diferente aos resultados do estudo: os países onde a prostituição é legal têm um maior grau de casos de influxo de tráfico de seres humanos sinalizados. Ou seja, posto de outra maneira, nos países onde a prostituição é legal, as autoridades conseguem sinalizar mais casos de tráfico de seres humanos que nos países onde a prostituição é ilegal. Ora, como Neumayer, Dreher and Cho afirmaram, uma avaliação quantitativa do fenómeno do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual é impossível pelo facto de se tratar de uma actividade ilícita por natureza e, deste modo, clandestina. A sinalização dos casos de tráfico é um enorme desafio pelo

facto da grande maioria dos seus agentes, prostitutos, traficantes e vítimas/sobreviventes, constituírem parte da chamada “população escondida”, ou seja, um grupo de indivíduos dos quais são desconhecidos a dimensão e os limites e de quem não existe quadro de amostragem (Brunovskis & Tyldum, 2005). Pelo que a legalização da prostituição poderá ter um efeito positivo no combate ao tráfico de seres humanos, posto que parece trazer maior luminosidade a uma actividade obscura e, assim, permitir o aparecimento à luz de um maior número de casos de tráfico. Esta possibilidade leva-nos a formular a nossa questão de investigação: A legalização, e respectiva regulamentação, da prostituição num determinado país aumenta a sinalização de vítimas de tráfico de pessoas?

4.2 - Formulação de hipóteses

Também Jakobsson & Kotsadam, (2010), produziram um estudo sobre a relação entre a legislação relativa à prostituição num determinado país e o influxo de tráfico de pessoas com base numa abordagem economicista. Defendem estes autores que o tráfico de pessoas é uma actividade económica impulsionada pelo lucro, sendo considerada a segunda fonte de receitas ilícitas a nível mundial (Comissão Europeia, 2009), e que a rentabilidade do tráfico para um país depende das características do comércio nacional para o sexo comercial. Deste modo, os traficantes só venderão pessoas para a exploração sexual quando as condições do mercado permitirem o lucro (UNODC, 2009). E um factor fundamental para a rentabilidade do sexo comercial é o enquadramento legal que o rodeia. As acções e inacções estatais são decisivas para a estruturação das possibilidades de lucro do tráfico.

O Estudo adoptou como variável dependente o tráfico de pessoas, tendo como base o número de casos sinalizados entre 1996 e 2003, em 161 países, por 113 entidades governamentais e não-governamentais, e cuja compilação e tratamento estiveram a cargo da UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime) no ano de 2006. Como variável independente, a legislação sobre a prostituição, tendo sido considerada a distinção entre as várias tendências

políticas relativamente à prostituição de acordo com o relatório de 2003 do Departamento de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Através do cruzamento entre o número de casos de influxo de tráfico de pessoas sinalizados em cada país com a legislação relativa à prostituição em vigor, os autores concluíram que leis de prostituição mais permissivas tornam mais rentável o tráfico de pessoas para um país e permitem que a quantidade de tráfico cresça consequentemente. Por outro lado, legislação de prostituição mais dura e restritiva pode reduzir a quantidade de tráfico para um país. Deste modo, concluem que o tráfico de pessoas é menos prevalente nos países onde a prostituição é ilegal, mais prevalente nos países onde a prostituição é legal e intermédia nos países onde a prática da prostituição é legal mas os clientes são punidos. As conclusões deste estudo sugerem, assim, que a criminalização da prática da prostituição num determinado país pode reduzir o influxo do tráfico de pessoas para o seu território.

Propomos, porém, uma leitura diferente dos números apresentados. Ora, como anteriormente referido, não é possível generalizar o número de casos de tráfico de pessoas sinalizados tomando-os como amostras de números globais da actividade. O aumento de casos de tráfico sinalizados não implica, obrigatoriamente, um aumento do tráfico (OIM - Organização Internacional das Migrações, 2005). A natureza clandestina e criminosa da actividade não permite que essa correlação seja feita com rigor científico mas apenas com valor de mera estimativa. Assim sendo, o número de casos sinalizados de tráfico de pessoas deve ser considerado apenas como tal: a quantificação numérica de casos sinalizados. Para mais, a avaliação do nível de tráfico baseia-se em dados incompletos que são, na melhor das hipóteses, estimativas parciais (EUROPOL, 2011). Relativamente ao fenómeno, a única certeza que parece existir é que o tráfico de pessoas é um crime subestimado pelo que a maioria dos casos não é descoberta (Gramegna & Laczko, 2003; Ezeilo, 2009). Deste modo, o número total de vítimas é muito superior ao apresentado nas estatísticas oficiais (EUROPOL, 2003), que provavelmente indicam apenas a “ponta do Iceberg” (Gramegna & Laczko, 2003). De acordo com as Nações Unidas, existem estimativas conflitantes relativamente à dimensão do tráfico de pessoas entre

diferentes organizações e países, pelo que a falta de dados concretos torna difícil determinar se o número de vítimas de tráfico está a aumentar ou a diminuir (Ezeilo, 2009).

Nesta perspectiva, limitamos a nossa leitura dos números apresentados por Jakobsson & Kotsadam, (2010) apenas à relação entre o número de casos sinalizados de tráfico de pessoas e a legislação relativa à prostituição adoptada por cada país, permitindo-nos formular a hipótese: A sinalização de casos de tráfico de pessoas é maior nos países onde a prostituição é legal.

Outro método de investigação usado em Jakobsson & Kotsadam (2010), foi o estudo de caso. Para o efeito, os autores olharam para dois países europeus onde a legislação relativa à prostituição foi tornada mais restritiva, a Suécia e a Noruega.

No caso sueco, é ilegal comprar sexo desde 1999, pelo que os clientes são punidos, não sendo, porém, ilegal a sua venda. Nos anos seguintes à aprovação destas medidas legais, o País assistiu a uma redução da prostituição de rua entre 30% a 50% (Ekberg, 2006, em Jakobsson & Kotsadam, 2010). Considerando as declarações governamentais suecas que afirmam que o tráfico de pessoas diminuiu após esta criminalização (Friensendorf, 2007, em Jakobsson & Kotsadam, 2010) e as conclusões de Ekberg, (2006), que apontam para que a lei sueca tenha diminuído a procura da compra de sexo tornando, assim, o mercado nacional menos lucrativo para os traficantes, Jakobsson & Kotsadam, (2010), concluem que o caso sueco confirma o nexo causal entre legislação relativa a prostituição mais restritiva e a redução do tráfico de pessoas.

Na Noruega, por sua vez, foi possível comprar e vender sexo legalmente até 2009, ano em que a legislação foi alterada, tornando a compra de sexo ilegal e passando a punir os clientes. Da análise efectuada à realidade norueguesa após a aprovação da nova legislação relativa à prostituição, Jakobsson & Kotsadam, (2010), concluíram que esta resultou numa redução do número de prostitutas de rua e dos casos sinalizados de tráfico de pessoas para fins sexuais, conforme apurados pela Comuna de Bergen (Bergen Kommune, 2010, em Jakobsson & Kotsadam, 2010), pelo que a punição dos clientes levou à

diminuição da prostituição de rua que, por sua vez, levou à diminuição do tráfico de pessoas.

Na linha de raciocínio que definimos anteriormente, e não menosprezando as conclusões de Jakobsson & Kotsadam, (2010), ou o seu mérito, propomos neste estudo uma leitura diferente das realidades sueca e norueguesa.

Tal como referido anteriormente, os prostitutos e as vítimas de tráfico de pessoas fazem parte de uma “população escondida” (Brunovskis & Tyldum, 2005), cujos verdadeiros números são desconhecidos (Belser, de Cock & Mehran, 2005). E é o facto do tráfico de pessoas ser um “crime escondido” que torna a sua dimensão difícil de quantificar (Ezeilo, 2009). Pelo que, quanto mais escondidas estiverem as vítimas mais difícil será a sua quantificação. Podemos assim aferir que quanto mais escondidas estiverem as vítimas de tráfico de pessoas introduzidas nos mercados da prostituição mais difícil será a sua sinalização. E, por maioria de razão, quanto mais escondido estiver o mercado da prostituição mais difícil será monitorizar a actividade dos seus agentes e sinalizar a exploração de pessoas na actividade.

A realidade sueca após 1 de Janeiro de 1999, com a entrada em vigor da nova legislação relativa à prostituição, suporta estas conclusões. O primeiro efeito dessa medida foi, como vimos anteriormente, a diminuição do número de mulheres a trabalhar com visibilidade nas ruas das principais cidades suecas. No entanto, a ilegalidade não erradica o mercado (da prostituição) porque continua a existir uma grande procura por parte dos clientes e uma vontade de fornecer serviços de prostituição (Neumayer, Dreher & Cho, 2013). O cenário mais provável é o de que tanto os prostitutos quanto os clientes tenham escolhido formas menos visíveis de manter contacto, pelo que a adopção das novas políticas parece ter levado a uma reorganização da indústria do sexo (Ward, Day & Kilvington, 2001). A nova legislação sueca pode ter contribuído para que os prostitutos trabalhem com menor visibilidade numa actividade cuja “opacidade” poderá ter sido facilitada pelo acesso às novas tecnologias, através do uso da Internet para publicitar os serviços e o recurso a telemóveis para contacto com os clientes. Por outro lado, as restrições legais à prostituição podem ter levado os

prostitutos nacionais a emigrar para países vizinhos onde podem exercer mais livremente a sua actividade, deixando o mercado nacional aberto ao domínio do trabalho de imigrantes, que procuram evitar o contacto com a polícia, com os assistentes sociais e os profissionais da saúde (Ward, Day & Kilvington, 2001), dificultando, sobremaneira, a sinalização daqueles que são vítimas de tráfico. Para mais, também o tráfico de pessoas, enquanto actividade criminosa, é dinâmico e os métodos usados pelos traficantes mudam constantemente (Ezeilo, 2009), pelo que facilmente se adaptariam à nova realidade.

As conclusões retiradas do caso sueco e norueguês levam-nos a formular a seguinte hipótese: A sinalização de casos de tráfico de pessoas é menor nos países onde a prostituição é ilegal.

5 - Metodologia:

5.1 Abordagem à dimensão metodológica

Tal como referimos em capítulos anteriores, os estudos economicistas que relacionam a legislação relativa à prostituição e o tráfico de pessoas mereceram reacções paradoxais. Elogiados e, até, usados como bandeira por aqueles que defendem modelos de ilegalização da prática da prostituição, sejam eles proibicionistas ou abolicionistas, foram alvo de contundentes críticas por parte dos regulacionistas, apologistas da legalização da prática da prostituição, quanto às suas motivações e implicações ideológicas mas, também, quanto à fiabilidade dos dados usados e à metodologia usada. E uma das críticas mais completas e fundamentadas foi feita pela organização União Holandesa dos Trabalhadores Sexuais – PROUD, cujo manifesto já tratámos no capítulo da abordagem política no que diz respeito aos erros factuais.

A primeira crítica apontada é o facto dos estudos realizados terem utilizado dados estatísticos relativos ao tráfico de pessoas e à prostituição, os quais, de acordo com vários estudos (Weitzer, 2007 e 2014; Vance, 2011; O’Connell Davidson, 2006 em PROUD, 2015) são pouco fiáveis. Isto porque vários relatórios estatísticos oficiais (*Federal Bureau of Investigation*, Congresso dos Estados Unidos da América e Reino Unido - *Home Office*) apresentam grandes diferenças anuais nas suas estimativas, além de usarem conceitos-chave pouco claros e fontes de dados não verificadas (PROUD, 2005). Pelo que um dos constrangimentos metodológicos apresentados é a recolha de dados precisos e fiáveis relativamente ao tráfico de pessoas e à prostituição forçada.

Por outro lado, os subscritores do manifesto PROUD apontam também à dificuldade de operacionalização da variável dependente (quantidade de tráfico e prostituição forçada) e da variável independente (regime legislativo). Defendem que a variável regime legislativo (relativo à prostituição) é de difícil definição. Isto por causa da diferença existente entre legislação nacional e legislação local, que

torna impossível chegar a uma caracterização válida do regime legislativo de um país focando-nos a nível nacional (PROUD, 2005).

O mesmo se aplica à variável tráfico ou prostituição forçada, conceitos que, acusa, têm gerado grande confusão e que deverão ser substituídos por conceitos multi-dimensionais, mais fáceis de operacionalizar, como tráfico económico e sexual (Wagenaar et alii, 2013, em PROUD, 2015).

O conceito de tráfico é difícil de definir apenas através da sua definição legal. Isto porque, defendem os subscritores do manifesto PROUD, não deve ser tido em conta apenas a definição legal do conceito (law in the books) mas também como a lei é aplicada na prática (law in action). Muitos países seguem a definição internacional/EU de tráfico, mas a sua interpretação varia consideravelmente entre países (PROUD, 2015).

Outra das críticas metodológicas diz respeito à falta de amplitude dos estudos, que apenas centram atenções nos efeitos das políticas de prostituição no tráfico e exploração forçada, quando deveriam atender também às suas “consequências não intencionais”, como “o impacto das políticas no acesso aos serviços de saúde pelos trabalhadores sexuais” (Florin, 2012, em PROUD, 2015), na saúde pública, no nível de violência contra os trabalhadores sexuais, na possibilidade de deixar a profissão quando assim o desejem, ou nos direitos humanos e civis dos trabalhadores sexuais (PROUD, 2015, pp.5)

Por último, apontam os subscritores do manifesto PROUD, será necessário comparar um grande número de países para “neutralizar estatisticamente” (PROUD, 2015) variáveis diferentes do regime legislativo, as quais podem influenciar mudanças no tráfico. Pelo que será necessária uma larga amostra para conseguir resultados robustos. “É preciso pensar numa amostra de pelo menos 80 países” (PROUD, 2015).

Ronald Weitzer, um dos subscritores do manifesto PROUD, no seu estudo “Researching Prostitution and Human Trafficking Comparatively” (Weitzer, 2014) faz críticas a várias abordagens comparativas à legislação e ao tráfico de pessoas e, curiosamente, faz a apologia dos projectos de pesquisa que comparam dois a

quatro casos, contrariando a dimensão de amostragem defendida no manifesto PROUD.

No estudo, Weitzer trata de fazer a distinção dos estudos que considera errados, apresentando as suas falhas, e aponta aqueles que considera metodologicamente correctos e proveitosos, justificando as suas virtudes. Conclui com a discussão de um conjunto de questões metodológicas com que os estudiosos se deparam ao realizar um estudo comparativo ao trabalho sexual.

Para o académico, muitos dos estudos realizados até à data foram conduzidos em países onde a prostituição é ilegal e clandestina, o que leva ao enviesamento do conhecimento para uma direcção única: o comércio ilegal do sexo (Weitzer, 2014). Pelo que é necessário realizar investigação em todos os tipos de sistemas, sejam legais, ilegais ou extralegais, tanto em desenhos de caso único como através da comparação entre dois ou mais casos. No entanto, faz a apologia da investigação comparativa porque “pode produzir potencialmente generalizações mais amplas e explicações mais sofisticadas que os casos únicos” (Nelken, 2010, em Weitzer, 2014, pp. 81). Mais, “as comparações podem ajudar-nos a documentar e a teorizar a distribuição desigual de determinados factores tal como o consentimento, a agência, a exploração, a coerção, as relações de poder, a satisfação laboral e o bem-estar” (Weitzer, 2014, pp. 81).

No entanto, aponta três tipos de estudos comparativos entre a prostituição e o tráfico de pessoas que considera problemáticos ou fatalmente falhados.

O primeiro tipo diz respeito aos estudos cuja comparação revela resultados similares independentemente da política nacional relativa à prostituição. Apontando críticas e falhas conceptuais a alguns estudos em concreto – Bernstein, 2007; Agustín, 2008 – e à falta de provas que suportem as suas afirmações relativamente à inutilidade ou falhanço dos regimes legislativos relativos à prostituição em influenciar a sua indústria e intervenientes, defende que “a lei e a política estatal podem ter e de facto têm impacto na organização social do trabalho sexual, nas relações de poder entre os participantes, e nas suas experiências de vida” (Scouler, 2010, em Weitzer, 2014). Mais, reforça que existem provas em muitos países que o tipo de regime legislativo em prática pode

influenciar positiva ou negativamente o que acontece no terreno (Weitzer, 2014). E que quando se dá a liberalização da legislação existe benefício para os trabalhadores sexuais. Devido ao aumento da sua segurança, da aquisição e garantia dos seus direitos laborais, da possibilidade de aceitarem ou recusarem clientes e da percepção de uma atitude melhorada por parte das autoridades policiais perante si.

Por outro lado, nos casos em que o trabalho sexual foi criminalizado os trabalhadores sexuais foram “movidos para lugares mais isolados, com as consequências de terem sido mais expostos a diferentes tipos de risco: agressões, fraude, controlo, e falta de liberdade” (Di Tommaso et alii, 2009, em Weitzer, 2014).

O segundo tipo são os estudos cuja comparação efectuada revela que o contexto nacional importa grandemente, mas de forma questionável. Entre estes, alguns que apresentam dados para suportar as suas conclusões e alguns que pretendem classificar países de acordo com a prevalência do tráfico sexual.

Porém, estes sofrem de um mal semelhante: a falta de dados fiáveis, muitas das vezes provenientes de fontes não standardizadas e, por tal, não comparáveis. Um destes casos é o Global Survey Index, publicado em 2013 pela Walk Free Foundation, cujas fontes de dados, aponta Weitzer, incluíam inquéritos à população de alguns países, histórias da comunicação social, informação de “peritos” e relatórios de agências oficiais e de organizações não-governamentais.

Weitzer acusa dois outros estudos de ir, ainda “mais além – tentando discernir se os países onde a prostituição é legal têm melhores ou piores registos de tráfico que os países em que a prostituição é ilegal” (Weitzer, 2014, pp. 85). Esses estudos são os de Neumayer, Dreher & Cho, 2012 e Jakobsson & Kotsadam, 2013, que analisámos na abordagem economicista e que serviram de suporte à hipótese formulada.

Ambos os estudos baseiam-se em relatórios produzidos pela *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC, reportando dados de 161 países, com base em informações recolhidas de 131 fontes.

Weitzer aponta vários defeitos a estes estudos, entre os quais, a falta de parametrização de dados, a falta de transparência na recolha de dados em muitos países, a natureza diversa das 113 fontes e a confusão em alguns países entre auxílio à imigração ilegal (*migrant smuggling*), tráfico e migração irregular.

Também o desenho do estudo é criticado, apontando Weitzer para a sua realização em “corte transversal”, quando deveria ter sido feito longitudinalmente. Ou seja, o estudo comparativo a vários países no mesmo período de tempo deveria ter sido realizado estudando as diferenças no tráfico antes e depois da legalização da prostituição nos países.

Para mais, os autores “fiam-se em estimativas nacionais agregadas de tráfico de pessoas, que combinam trabalho, sexo e outros tipos de exploração na sua tentativa de testar se a prostituição faz a diferença” (Weitzer, 2014, pp.85). Pelo que existe um desfasamento entre as estimativas de tráfico e a sua relação com a legislação relativa à prostituição.

Por outro lado, a quantidade de tráfico é influenciada por uma variedade de *push* e *pull factors* e não só pelo regime legal relativo à prostituição, sendo difícil controlar estes factores num universo de 161 países distintos e diversos.

Outro dos defeitos apontados é a reificação do conceito de prostituição legal, ao ignorar como varia de lugar para lugar, quanto ao local ou ao tipo de prostituição. De igual modo, aponta Weitzer, ambos os estudos se restringem ao que chama *law on books*, ou seja àquilo que vem escrito na lei, esquecendo a forma como esta é interpretada e posta em prática, a *law in action*.

Por fim, tece críticas ao facto dos autores de ambos os estudos desvalorizarem a possibilidade dos países onde a prostituição é legal poderem ter mecanismos superiores de sinalização de casos de tráfico de pessoas, pelo que os resultados alcançados poderem ser “um artefacto de melhor sinalização e reporte por parte das autoridades, em vez de significar números mais altos de vítimas” (Weitzer, 2014, pp. 85).

O terceiro tipo de estudos, por sua vez, diz respeito a estudos comparativos por inquérito a uma ou mais populações. Weitzer aponta dois grandes problemas relativamente à realização deste tipo de estudos. Em primeiro

lugar, aponta para a impossibilidade da construção de um inquérito representativo de indivíduos envolvidos no sexo comercial ou no tráfico, dado que constituem uma população escondida. Pelo que qualquer tipo de inquérito realizado nestes moldes não é representativo do universo de vítimas de tráfico de pessoas. Em segundo lugar, relativamente à forma como alguns estudos foram realizados, aponta para a falta de clareza na definição de legalização da prostituição, o que deixou em aberto a interpretação pelos indivíduos que responderam aos inquéritos, que poderiam interpretar legalização como simplesmente descriminalização, em vez de formas específicas de regulação. Devido a estes defeitos, “os inquéritos providenciam um barómetro rude da opinião pública a nível nacional” (Weitzer, 2014, pp. 87) em vez de um barómetro fiável do número de casos de tráfico de pessoas.

Assim, para encontrar um desenho superior de modelo de investigação comparativa, o investigador tem de enfrentar três desafios-chave: ter conhecimento suficiente sobre cada caso; recolher dados de alta qualidade; e garantir a comparabilidade desses dados (Weitzer, 2014).

Pelo que, Weitzer aponta, assim, para a diminuição da amostra relativamente aos estudos referidos anteriormente, porque “quanto maior o número de casos, mais difícil se torna identificar factores que são salientados em cada caso e, assim, chegar a conclusões válidas” (Nelken, 2010; Ragin, 1987, em Weitzer, 2014).

Weitzer defende que a comparação entre regimes legislativos entre nações é “um exercício honesto e pode conduzir a descobertas importantes” (Weitzer, 2014, pp.87), embora exista algum risco associado, tendo em conta as variações locais na distribuição espacial da indústria do sexo e nas formas de prostituição. É um dos desafios que a pesquisa comparativa enfrenta é como medir e interpretar as estatísticas oficiais. Para encarar da melhor maneira este desafio, é necessário assegurar que a informação recolhida é comensurável e comparável entre os casos. E, para contrariar possível enviesamentos em determinada fonte, deverá efectuar-se a triangulação com outras fontes. E quanto mais diversas as fontes, maior segurança garantirá a triangulação (Weitzer, 2014).

Tendo em conta o exposto, podemos resumir algumas principais dificuldades encontradas relativamente aos estudos comparativos entre políticas de prostituição e tráfico de pessoas:

- O condicionamento normativo (implícito) sobre os estudos comparativos;
- A falta de uniformização de conceitos, sobretudo no que diz respeito os conceitos de tráfico e legalização ou ilegalização da prostituição.
- A falta de dados fiáveis e/ou comparáveis entre si sobre o tráfico de seres humanos e a prostituição. Pelo facto do primeiro ser um fenómeno criminoso e porque os intervenientes de ambos fazem parte de uma “população escondida”.
- Uma amostra de países razoável e comparável.
- A diferença entre a lei nos livros (law on books) e a lei em acção (law in action).
- E a diversidade legislativa em cada país, pela existência de legislação nacional e legislação local.

Tendo sido identificadas as principais críticas apontadas aos estudos comparativos entre a legislação da prostituição e o tráfico de pessoas, procuraremos tentar colmatá-las no desenho metodológico do presente estudo.

5.2 Desenho metodológico

A metodologia de investigação a seguir no presente estudo segue o modelo comparativo assente na variável dependente sinalização de tráfico de pessoas e na variável independente legislação relativa à prostituição em vigor em cada país.

Serão considerados os números relativos a casos sinalizados de tráfico de pessoas para exploração sexual e a legislação nacional relativa à prática da

prostituição em vigor nos anos de 2010, 2011 e 2012, dos seguintes países: Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria e Suécia.

Os números relativos a casos sinalizados de tráfico de pessoas para exploração sexual serão extraídos do relatório EUROSTAT 2015 relativo a tráfico de seres humanos (EUROSTAT – Trafficking in Human Beings Report, 2015 edition) e do Relatório Global das Nações Unidas relativamente a tráfico de pessoas de 2014 (UNODC - Global Report on Trafficking in Persons – Western and Central Europe, 2014).

Tendo em conta a diversidade dimensional da população de cada país, e de forma a permitir uma comparação equitativa, calcularemos a média da população total de cada país nos anos de 2010, 2011 e 2012 (X) e cruzaremos com a média das vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual de cada país da amostra nos anos referidos (Y), apurando o número médio de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual por milhão de habitantes (Z) através da equação:

$$\frac{Y}{X} \times 1.000.000 = Z$$

(Fórmula adaptada de EUROSTAT, 2015 http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Crime_statistics e de INE - Instituto Nacional de Estatística, 2015 https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008074&lingua=PT)

A legislação nacional relativa à prostituição será apurada em análise de conteúdo à literatura primária - legislação nacional relativa à prostituição - de cada país, suportada pela análise a literatura secundária - revisão da literatura - e testada através de questionário enviado a peritos em matéria de legislação à prostituição de cada país, mais concretamente aos relatores nacionais de tráfico de pessoas da União Europeia e a diversas organizações não-governamentais (ONG) relacionadas com a prostituição e o tráfico de pessoas a operar em cada país.

A análise de conteúdo da legislação relativa à prostituição pode ser feita a dois níveis: macro e micro.

A nível macro permite distinguir os tipos de política adoptados em cada país, sejam abolicionista, regulacionista ou proibicionista, conforme distinguimos anteriormente.

Numa dimensão micro, podemos distinguir quais as medidas legais em vigor na ordem jurídica de cada país que regulam a prática da prostituição. Considerando a acção dos seus agentes: a legalidade ou ilegalidade da prática da prostituição por iniciativa do prostituto, da prática do proxenetismo e da procura de serviços sexuais pelos clientes. Tendo, desta forma, em conta a distinção das categorias de ilícitos criminais relacionados com a prostituição de Outshoorn (Outshoorn, 2005 em Hayes, 2008). E considerando o local da prática: prostituição de rua, prostituição em bordéis e afins e prostituição em apartamentos ou similares. Ou seja, adoptando a “geografia legal da prostituição” apresentada no estudo de Hubbard et Allii, 2008. Consideraremos, de igual modo, para o efeito, a regulamentação da prática da prostituição nos países onde a prostituição é, de algum modo, legal.

A análise micro da legislação relativa á prostituição de cada país é uma análise de conteúdo manifesto, garantindo-nos fiabilidade na codificação, a replicabilidade e a validade das inferências retiradas da análise a efectuar. Será, assim, uma das metodologias que utilizaremos no presente estudo, preterindo a análise macro.

Tal como referido, realizaremos o presente estudo baseando-nos na realidade nacional dos seguintes oito países: Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria e Suécia. Uma amostra substancialmente menor do que aquela usada pelos estudos economicistas de Neumayer, Dreher & Cho (2012) ou de Jakobsson & Kotsadam (2010), e ligeiramente superior à defendida por Weitzer (2014), de dois a quatro casos.

Justificamos a escolha, primeiramente, por serem todos estados-membro da União Europeia e Estados-parte do Acervo de Schengen. Esse facto permitirá

retirar da equação diversas variáveis intervenientes que poderiam condicionar o estudo, a saber:

- O facto da União Europeia ter legislação harmonizada relativamente a tráfico de pessoas, através de directivas comunitárias - como é exemplo a já citada directiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011 - permite ultrapassar a dificuldade apontada de operacionalização da variável dependente – tráfico de pessoas (PROUD, 2015; Weitzer, 2014). Para mais, todos os países da União Europeia individualmente e a União Europeia, enquanto instituição, em 2006, subscreveram o Protocolo de Palermo (Nações Unidas, Protocolo para a Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, 2004), adoptando a sua definição genérica de tráfico de pessoas.

- Fazendo os oito países parte do Espaço Schengen, espaço de livre circulação de pessoas e bens, permite-nos retirar da equação a variável controlo fronteiriço;

- Os países membros de Schengen têm uma proximidade geográfica relativa, ou seja, ficam situados numa zona definida do globo terrestre, ao ponto de terem diversas fronteiras internas comuns entre si.

Por outro lado, os oito países são países de destino de tráfico de pessoas (Eurostat, 2015; UNODC, 2014; Comissão Europeia, 2015). E têm números oficiais estatísticos provenientes de fontes oficiais relativamente a tráfico de pessoas para exploração sexual nos relatórios da EUROSTAT e da UNODC (EUROSTAT – Trafficking in Human Beings Report, 2015 edition; UNODC - Global report on trafficking in persons – Western and Central Europe, 2014). O que, em primeiro lugar, nos garante a desagregação do números relativos a vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual dos números totais de vítimas de tráfico de pessoas, e, em segundo lugar, permite-nos efectuar a triangulação das fontes, procurando contrariar eventuais enviesamentos em determinada fonte (Weitzer, 2015). Uma pequena nota para a fiabilidade dos dados estatísticos usados no presente estudo. Os dados foram recolhidos em ambos os relatórios de diferentes e diversas fontes, o que, de acordo com a própria EUROSTAT e as Nações Unidas, não permite a representação da

totalidade das vítimas e, por tal, são de difícil comparação. Porém, são dados recolhidos de fontes oficiais e compilados de acordo com parametrização técnica específica, reflectindo as vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas e registadas em cada país. Ou seja, embora não permitam a representação da totalidade das vítimas (UNODC, 2014; EUROSTAT, 2015), são a representação das vítimas sinalizadas. O que, ainda que com reservas relativamente à amplitude das conclusões a extrair, permitirá a sua comparabilidade. A recolha de dados estatísticos relativos ao crime é de difícil execução por fazerem parte de “comportamentos escondidos”, difíceis de documentar e de calcular com precisão (Albanese, 2007). Para mais, no caso do tráfico de pessoas esse problema agudiza-se devido ao facto das vítimas se encontrarem sob alguma forma de coerção, o que as impede de denunciar a sua situação “por não terem escolha, por medo, por ignorância ou por intimidação” (Albanese, 2007, pp. 58). Sendo “impossível contabilizar a totalidade do tráfico de pessoas, ou a totalidade de qualquer tipo de crime, as estimativas existentes devem ser usadas” (Albanese, 2007, pp. 59). As estimativas relativas a fenómenos criminosos podem envolver erro devido à sua natureza, mas serão fiáveis se forem baseadas em factos (Albanese, 2007), como é o caso das apresentadas pela EUROSTAT e UNODC.

Justificamos igualmente a escolha destes oito países pelo facto de nos fornecerem uma amostra variada e representativa das políticas de prostituição europeia, como veremos mais à frente. (quadros 1, 2 e 3 – pág. 80 e 82)

Relativamente à dificuldade apontada em distinguir a legislação nacional da legislação local (PROUD, 2015; Weitzer, 2014), tentaremos descrever da forma mais exacta e completa possível a legislação relativa à prostituição em cada país, tenha âmbito nacional, distrital/regional ou local. Tentando, tanto quanto possível, ter em conta a globalidade legislativa para a definição da variável independente.

Por outro lado, consideraremos a lei nos livros (*law on books*) e a lei em acção (*law in action*), apontadas por Weitzer (2014), fazendo, com apoio na literatura existente, a sua distinção prática em cada país.

Notamos não ser possível actualmente a realização de um estudo longitudinal, ou seja, um estudo comparativo das diferenças no tráfico de pessoas antes e depois da legalização da prostituição nos países europeus, pela impossibilidade em obter dados desagregados relativos ao tráfico de pessoas para exploração sexual nos períodos em que existiu alteração da legislação relativa à prostituição em países europeus (e.g. Suécia-1999, Holanda-2000, Alemanha-2002 ou França-2003).

Pelo referido, parece-nos que o conjunto de factores acima descritos permitirá assegurar a mensurabilidade dos dados recolhidos relativamente ao tráfico de pessoas para exploração sexual e a sua comparabilidade com as políticas de prostituição de cada país, tarefa a que nos dedicaremos no próximo capítulo. Pelo que, faremos sequentemente a comparação dos resultados nos oito países e tentaremos extrair conclusões relativamente à relação entre a legislação nacional relativa à prostituição e os números nacionais de casos de tráfico sinalizados, mais concretamente, se existe uma correlação entre as duas variantes e se as hipóteses formuladas se confirma. Procurando dar uma resposta à questão de investigação: A legalização, e respectiva regulamentação, da prostituição num determinado país aumenta a sinalização de vítimas de tráfico de pessoas?

6 – Investigação

Políticas de prostituição

No sentido de definir da forma mais exacta possível a variável independente tentaremos de seguida fazer uma descrição da legislação relativa à prostituição em vigor em cada país, considerando a lei nos livros (*law on books*) e a lei em acção (*law in action*).

Alemanha

A Alemanha tem uma lei federal relativa à prostituição, o Acto de Prostituição (*Prostitutionsgesetz*), em vigor no País desde janeiro de 2002. Permitindo a actividade da prostituição enquanto actividade independente ou dependente, o Acto de prostituição regula as relações laborais e civis entre os agentes da indústria, prostitutas ou trabalhadores sexuais, clientes e empregadores. Por tal, a lei alemã considera legítima a prestação de serviços sexuais em troco de uma remuneração.

Com a implementação do Acto de Prostituição, era pretensão do estado alemão abolir o estigma da imoralidade do trabalho sexual, potenciando o acesso pelos prostitutas aos sistemas e processos de protecção social e laboral e ao sistema de saúde.

No entanto, o Acto de Prostituição nunca foi regulamentado, o que levou a uma implementação diferente em cada um dos 16 estados federais alemães. Por outro lado, a lei apenas se aplica a nacionais da Alemanha ou imigrantes legais, pelo que não se aplica a imigrantes ilegais, os quais, em território alemão, não usufruem das premissas da lei, e, fora do país, não lhes é possível pedir visto para prestação de trabalho sexual.

Assim, a actividade da prostituição e a abertura e exploração de bordéis é legal. No entanto, conforme disposto no código penal alemão, o proxenetismo, ou a “exploração de prostitutas”, é um crime punido por lei, conforme disposto na secção 181º do código penal alemão. De igual modo, é considerado crime o desrespeito pelas zonas ou horários restritos para a prática da prostituição (secção 184ºe do código penal) e “a prostituição susceptível de corromper jovens” (secção 184ºf do código penal), ou seja, a praticada junto a locais frequentados por jovens, como escolas ou locais onde habitem pessoas com menos de 18 anos de idade.

Os bordéis apenas podem funcionar em zonas comerciais ou industriais mas os trabalhadores sexuais com actividade independente registada podem trabalhar em zonas residenciais que não sejam consideradas zonas proibidas (*sperrgebiet*).

(Prostitutionsgesetz, retirado em 10/02/2015 de <http://www.gesetze-im-internet.de/prostg/>; código penal alemão, retirado em 10/02/2015 de http://www.gesetze-im-internet.de/englisch_stgb/; Service4sexworkers, 2015)

Dinamarca

Existem três leis federais na Dinamarca com disposições relativas à prostituição: O código penal (Straffeloven), a lei de estrangeiros e a lei de ordem pública.

Os prostitutas e os clientes não são punidos de acordo com a legislação dinamarquesa e os prostitutas não são obrigados a realizar exames médicos ou quaisquer outros exames ou controlos. O art.º 223ª do código penal dinamarquês apenas prevê punição para quem comprar serviços sexuais a menores de 18 anos. Embora a sua actividade seja legal, os prostitutas não se encontram abrangidos pelos regimes nacionais de protecção laboral ou de segurança social, porém encontram-se obrigados a pagar impostos de acordo com os seus proventos.

Por outro lado, de acordo com o art.º 228 do código penal, o proxenetismo ou lenocínio são expressamente proibidos. A lei dinamarquesa classifica como proxeneta qualquer pessoa que induza ou conduza alguém a prostituir-se, qualquer pessoa que, com intenção lucrativa, induza ou conduza alguém a prostituir-se, quem impeça alguém que se prostitua a abandonar a prostituição, ou quem dirija um bordel, uma actividade comercial onde os clientes obtenham serviços sexuais mediante pagamento.

A polícia dinamarquesa tem uma “brigada de costumes” (Sædelighedspolitiet) especializada no policiamento da prostituição no país.

(Código penal (Straffeloven), lei de estrangeiros e lei de ordem pública dinamarquesas retirados em 03/06/2015 de <http://kub.kb.dk>; Service4sexworkers, 2015)

Espanha

A Espanha apenas tem uma disposição legal relativa à prostituição na sua legislação nacional e apenas relativa ao lenocínio de menores de idade, o capítulo V do código penal, que pune a promoção da prostituição ou a corrupção de menores. Porém, o acto de lucrar com a prostituição de pessoa numa situação vulnerável ou e carência poderá ser também considerado crime de acordo com a lei espanhola.

De resto, a prostituição não é regulada a nível nacional, pelo que actividade não é proibida mas também não é reconhecida como legal no país. Desse modo, a actividade de prostituto ou trabalhador sexual, bem como de bordéis ou clubes, como são mais vulgarmente designados em Espanha, não é legal, mas é tolerada pelas autoridades.

No entanto, existe regulamentação local que visa a actividade da prostituição. Por exemplo, a cidade de Barcelona aprovou uma lei municipal que restringe o uso dos espaços públicos para a prática da prostituição, vista como um uso inapropriado do espaço público, permitindo a aplicação de coimas pela polícia a prostitutas e clientes. Em 2004, a cidade de Madrid aprovava o

“programa de combate à exploração sexual”, que se traduziu no controlo apertado pela polícia a prostitutas e seus clientes nas ruas da cidade. Por outro lado, a cidade de Bilbao aprovou regulamentos municipais para regulação dos bordéis, determinando a distância entre clubes e regras de higiene específicas que estes devem implementar.

(Código penal espanhol, retirado em 03/06/2015 de <https://boe.es>; <http://www.elderecho.com>, Service4sexworkers, 2015).

Finlândia

A prática da prostituição também não é regulada na Finlândia a nível nacional, pelo que não é considerada nem uma actividade legal nem crime. No entanto, é considerada uma actividade atentatória da decência pública, pelo que a prostituição de rua é proibida em todo o país, de acordo com o Acto Público da Lei e Ordem.

A prostituição organizada, seja em bordéis ou através de qualquer outra forma de lenocínio ou proxenetismo, é ilegal, sendo punida por lei.

Igualmente punido pela lei é o recurso, pelos clientes, aos serviços de prostituição de menores de idade.

Embora não regulada, a prática da prostituição na Finlândia é condicionada pela lei de estrangeiros do país, distinguindo claramente prostitutas finlandesas e nacionais de países da União Europeia de nacionais de países terceiros, os quais têm dificuldade em entrar legalmente e de se regularizarem documentalmente no país em caso de suspeita fundada da prática da prostituição (Service4sexworkers, 2015).

(Acto público da lei e ordem, retirado em 18/06/2015 de <https://www.finlex.fi/fi/laki/kaannokset/2003/en20030612.pdf>; Lei de estrangeiros finlandesa, retirado em 18/06/2015 de <https://www.finlex.fi/en/laki/kaannokset/2004/en20040301.pdf>; Service4sexworkers, 2015)

França

A prostituição em França não é proibida, mas também não é regulada. Pelo que não existe punição prevista para prostitutos ou clientes. No entanto, em Março de 2003, a aprovação da lei a que chamaram lei Sarkozy II (*Loi n° 2003-239 du 18 mars 2003 pour la sécurité intérieure*) introduziu no código penal francês um novo crime, a solicitação passiva, que estipula uma pena de prisão até dois meses ou multa até €3750,00 para qualquer pessoa que tenha a intenção de propor um serviço sexual remunerado (artigo L225-10-1 do código penal) num lugar público, seja a rua ou estabelecimento comercial aberto ao público.

Embora o código penal tenha um âmbito nacional, a sua aplicação é regional, dependendo da acção de cada prefeitura

O proxenetismo é ilegal em França e punido por lei. O código penal francês tipifica como proxenetismo a ajuda, assistência ou protecção à prostituição, a partilha, o lucro com a prostituição de outrem, para compartilhar produtos ou receber pagamentos de uma pessoa que habitualmente se envolve em prostituição ou a contratação, o treino ou o desvio de uma pessoa para fins de prostituição ou o exercício de pressão sobre ela para que se prostitua ou continue a fazê-lo (artigo 225-5 do código penal) e “a acção como intermediário ou a vida em comum com um trabalhador sexual sem ter recursos próprios ou suficientes para viver” (artigo 225-6 do código penal).

Qualquer trabalho sexual organizado em estabelecimento é ilegal, seja em bordéis, casas de massagem, saunas, clubes, bares, hotéis ou estabelecimentos similares abertos ao público.

(Lei n° 2003-239 de 18/03/2003 para a segurança interior, retirada em 18/06/2015 de <http://www.legifrance.gouv.fr>; código penal francês, retirado em 18/06/2015 de <http://www.legifrance.gouv.fr>; Service4sexworkers, 2015)

Holanda

Na Holanda, por seu lado, a actividade de bordéis é legal mas a prostituição de rua só é permitida em zonas autorizadas.

A partir do ano 2000, foi suprimida do código penal holandês a proibição de exploração comercial da prostituição de terceiros (artigo 250b do código penal), e ao mesmo tempo reforçadas as punições contra a exploração sexual e o recurso a sexo com menores (artigo 520a do código penal).

Embora legalizada a nível nacional, a regulação da exploração de bordéis é da competência das autoridades locais de acordo com directrizes nacionais. Ou seja, embora cada municipalidade tenha liberdade para regulamentar a nível local a prática da prostituição, não poderá proibir a sua prática e deverá respeitar certas normas impostas pela lei nacional:

- Os proprietários dos bordéis devem ter o registo criminal limpo;
- Não pode ser permitida a abertura de um bordel perto de uma escola ou local de culto, e o seu funcionamento não pode perturbar o bom ambiente social ou a qualidade de vida da zona onde operam;
- Os bordéis devem operar no estrito cumprimento das normas de segurança e sanidade laboral gerais do país e específicas para o sector da prostituição, como instalações sanitárias condignas, provisão de preservativos e dimensões mínimas da área de trabalho;
- É proibido o recurso à prostituição de menores de idade ou a cidadãos ilegais no país;

Apenas os bordéis que respeitem as condições impostas pelos regulamentos municipais são licenciados e podem funcionar legalmente, sendo incumbência de cada municipalidade a fiscalização do cumprimento das normas de funcionamento estipuladas. Em caso de incumprimento das normas, é retirada a licença, ficando o bordel em causa inibido de funcionar.

E se os bordéis só podem operar com licenciamento e no respeito de normas apertadas de funcionamento, não existe registo obrigatório de prostitutas nem a obrigatoriedade legal destes se apresentarem a exames médicos, sendo, no entanto, incentivado e facilitado o acesso voluntário a cuidados médicos anónimos. No entanto, encontram-se obrigados a registar a sua actividade junto da autoridade fiscal holandesa e pagar impostos. Apenas cidadãos holandeses, cidadãos nacionais de países parte da União Europeia ou cidadãos de nacionais de países terceiros com estatuto de residente no país podem exercer a actividade da prostituição. Encontram-se, assim, inibidos do exercício da prostituição os estrangeiros não residentes, ainda que permaneçam legais no país munidos de visto ou usufruindo de algum regime de isenção que lhe permita entrar e permanecer na Holanda em períodos inferiores a noventa dias (Ministério dos Negócios Estrangeiros holandês, 2012).

(Código penal holandês, retirado em 01/11/2015 de <http://www.ejtn.eu>; Ministério dos Negócios Estrangeiros holandês, 2012, Service4sexworkers, 2015)

Hungria

Embora não exista uma lei dedicada à prostituição, a actividade é regulada na Hungria por diversas leis e decretos regulamentares, entre os quais o código penal e a lei de combate ao crime organizado e fenómenos conexos.

No país a prostituição só pode ser praticada por conta própria, ou seja, como trabalhador independente e de forma individual.

Enquanto trabalhadores independentes, os prostitutas devem cumprir as suas obrigações fiscais e contribuir para o serviço de segurança social e ainda subscrever seguro de saúde. São igualmente obrigados a realizar exames médicos trimestrais para despistagem de doenças sexualmente transmissíveis de acordo com a legislação nacional e o seu licenciamento é autorizado pelos governos locais, mediante cumprimento de diversos requisitos, tais como ter registo criminal limpo, apresentar prova da posse ou arrendamento de espaço habitacional, apresentar certificado de habilitações e registo de nascimento.

Embora a prostituição enquanto actividade independente seja legal de acordo com a legislação húngara, em caso de verificação do seu exercício em larga escala a nível local, as autoridades encontram-se obrigadas a delimitar áreas protegidas, onde a actividade é proibida.

Existem, assim, dois tipos de zonas no País quanto à prática da prostituição: as zonas protegidas e as zonas de tolerância. As zonas de tolerância são, basicamente, todo o território húngaro que não seja considerado zona protegida, ou seja, onde a prática da prostituição pode ter lugar. Por sua vez, zonas protegidas são zonas delimitadas administrativamente pelos governos locais onde os prostitutas se encontram proibidos de oferecer ou providenciar serviços sexuais remunerados e os clientes se encontram inibidos de recorrer a serviços de prostituição. A infracção a estas normas por prostitutas ou clientes é considerada uma contravenção, sujeita a punições legais (Acto II do Código penal). São zonas naturais de protecção, sendo proibido qualquer acto de prostituição, as zonas junto a vias de circulação principal e seus acessos, junto a edifícios públicos, incluindo estabelecimentos de saúde e ensino, junto a terminais de transportes públicos, locais de culto ou junto a instalações militares.

Todo e qualquer tipo de proxenetismo é proibido por lei na Hungria, incluindo quem convença alguém a envolver-se na prostituição, providencie edifício ou qualquer outra instalação para que outra pessoa possa envolver-se na prostituição, ou quem facilite a prostituição de pessoa menor de dezoito anos (secção 201 – proxenetismo para a prostituição ou acto sexual, Acto C do código penal). É igualmente punido quem garanta o seu sustento total ou parcial dos proventos da prostituição de outra pessoa (secção 202 – proxenetismo para a prostituição ou acto sexual, Acto C do código penal).

Assim, a exploração de bordéis, casas de massagens ou clubes e qualquer outra forma de prostituição organizada é estritamente proibida perante a lei húngara.

(Código penal húngaro, retirado em 18/06/2015 de <http://www.lexadin.nl/wlg/legis/nofr/eur/lxwehun.htm>; Lei de combate ao crime organizado e fenómenos conexos retirado em 18/06/2015 de <http://www.lexadin.nl/wlg/legis/nofr/eur/lxwehun.htm>; Service4sexworkers, 2015)

Suécia

A legislação relativa à prática da prostituição na Suécia baseia-se no Acto de Violência contra as Mulheres (Kvinnofrid), em vigor no país desde 1999, que levou que levou à criação do Acto de Aquisição de Sexo (Sexköpslagen), implementado em forma de adenda ao código penal sueco.

O documento veio alterar o paradigma legal relativo à prostituição na Suécia, punindo os clientes e deixando os prostitutos livre de qualquer punição. De igual modo, veio endurecer as penalizações ao proxenetismo e aumentar o âmbito deste crime.

Assim, quem obtiver uma “relação sexual casual em troca de um pagamento”, ou seja, quem recorrer a serviços de prostituição, será condenado por aquisição de serviço sexual a multa ou pena de prisão até 6 meses (capítulo 6.11 do código penal).

Por outro lado, quem “promover ou explorar financeiramente de forma imprópria a actividade” de uma pessoa na prostituição será condenado por proxenetismo a uma pena de prisão até 4 anos (capítulo 6.12 do código penal).

De igual modo será condenado por proxenetismo quem “detendo o direito do uso de instalação ceder o direito de uso a terceiros e, tendo conhecimento que as instalações são usadas para a prostituição, omite esse facto das autoridades (capítulo 6.12 do código penal).

O crime de proxenetismo é qualificado, subindo a moldura penal para o mínimo de 4 anos e o máximo de oito, casos os factos que levam à condenação sejam praticados em actividade de larga escala, com ganhos substanciais resultantes da sua prática ou envolvam a exploração cruel de terceiros.

(Código penal sueco, retirado em 18/06/2015 de www.legislationline.org/documents/id/8919; Service4sexworkers, 2015; <http://www2.ohchr.org/english/issues/women/rapporteur/Sweden.doc>; <http://www.government.se/articles/2011/03/legislation-on-the-purchase-of-sexual-services/>)

Podemos, assim, desenhar quadros que resumem a legalidade ou ilegalidade da prática dos intervenientes da prostituição - prostitutas, proxenetas e clientes, e da respectiva regulação da actividade de prostitutas e proxenetas (quadro 1).

Quadro 1 - Classificação da legalidade/ilegalidade dos intervenientes

País	prostituto	proxeneta	cliente
Alemanha	legal regulado	ilegal	legal
Dinamarca	legal não regulado	ilegal	legal
Espanha	legal não regulado	legal não regulado	legal
Finlândia	legal não regulado	ilegal	legal
França	legal não regulado	ilegal	legal
Holanda	legal regulado	legal não regulado	legal
Hungria	legal regulado	ilegal	legal
Suécia	legal não regulado	ilegal	ilegal

Quadro 2 – Classificação da legalidade/ilegalidade nos diversos espaços

País	Rua	Bordéis	Apartamentos
Alemanha	legal com restrições (1)	Legal	Legal
Dinamarca	Legal	Ilegal	Legal
Espanha	legal com restrições (2)	Legal	Legal
Finlândia	Ilegal	Ilegal	legal com restrições (3)
França	legal com restrições (4)	Ilegal	legal com restrições (5)
Holanda	legal com restrições (6)	Legal	legal com restrições (7)
Hungria	legal com restrições (8)	Ilegal	legal com restrições (9)
Suécia	Legal	ilegal	ilegal

- (1) Zoneamento da prostituição: Prática da prostituição proibida nas *Sperrgebiet* – zonas proibidas
- (2) Limitação da prática da prostituição de rua em algumas das principais cidades do país (Madrid, Barcelona, Bilbao, e.g.) por decretos ou regulamentos locais.
- (3) Tolerada se praticada individualmente e por conta própria e de forma discreta.
- (4) Proibida a “solicitação passiva”, ou seja, é proibido propor serviços sexuais remunerados em espaços públicos.
- (5) Tolerada se praticada individualmente e por conta própria.
- (6) Apenas permitida em algumas zonas a prostitutas com licença especial.
- (7) A prática de prostituição depende sempre de licenciamento das autoridades.
- (8) Zoneamento da prostituição: Permitida nas “zonas de tolerância” e proibida nas “zonas protegidas”.
- (9) Proibição de recurso a serviços sexuais remunerados dentro das “zonas protegidas”.

Como podemos verificar, os oito países que constituem a amostra do nosso estudo têm quadros legais diversos relativamente à prostituição em vigor na sua ordem jurídica nacional, seja por acção ou por omissão. Divergem também na forma como aplicam a legislação relativa à prostituição no seu território, seja através de regulamentação nacional ou local dedicada, ou por via de normas que condicionam, de alguma forma, a sua prática.

Números de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas

Para podermos fazer a sua comparação, quantificaremos em seguida os números relativos À sinalização de tráfico de pessoas para exploração sexual em cada país, recolhidos dos relatórios do EUROSTAT (2015) e UNODC (2014), referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012. Ou seja, trataremos da quantificação da variável dependente.

No quadro 4 incluiremos os números totais de vítimas de tráfico para exploração sexual sinalizadas por relatório (EUROSTAT e UNODC) e por anos

(2010, 2011 e 2012), permitindo-nos ter uma perspectiva total da variável dependente.

Quadro 4 – Número de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas

PAÍS	FONTE	ANO		
		2010	2011	2012
Alemanha	Eurostat	610	639	610
	UNODC	:	1257	
Dinamarca	Eurostat	51	55	45
	UNODC	210		
Espanha	Eurostat	1605	234	125
	UNODC	623		
Finlândia	Eurostat	18	15	13
	UNODC	81		
França	Eurostat	726	654	751
	UNODC	:	654	751
Holanda	Eurostat	749	781	1216
	UNODC	3961		
Hungria	Eurostat	30	91	26
	UNODC	:	206	
Suécia	Eurostat	32	47	25
	UNODC	104		

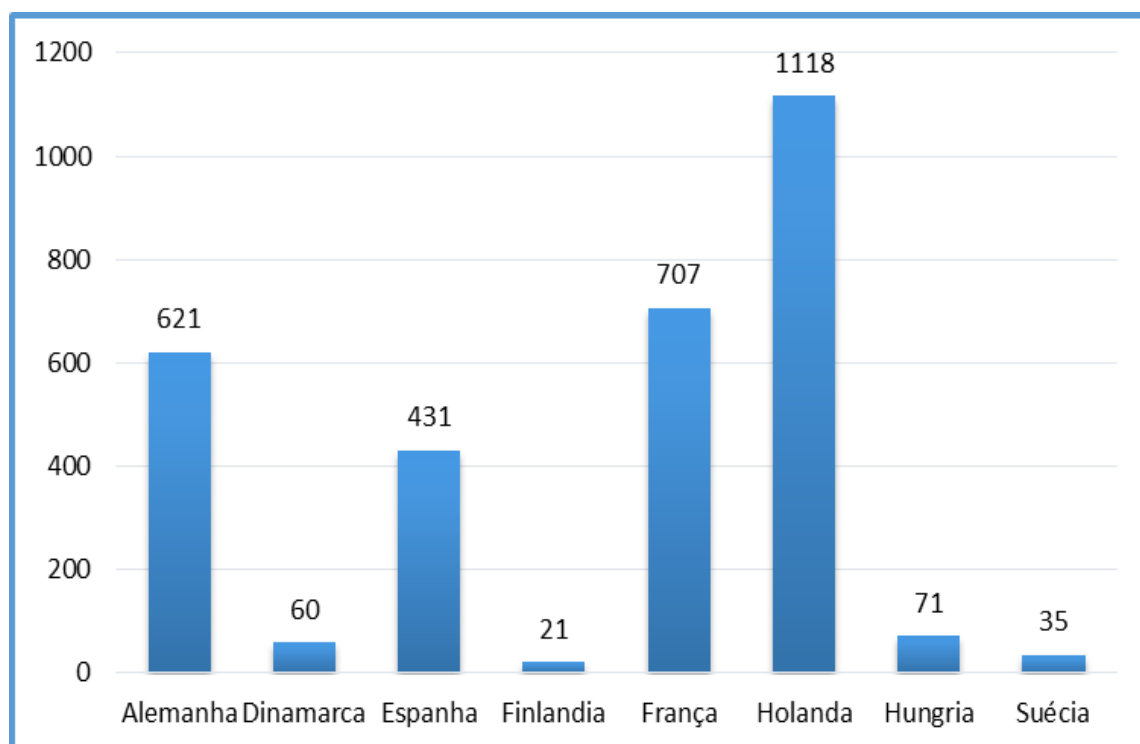
Fontes: EUROSTAT – Trafficking in Human Beings Report, 2015 edition; UNODC - Global report on trafficking in persons – Western and Central Europe, 2014.

Relativamente ao quadro 4, será de realçar a diferença entre os dados apresentados pelo EUROSTAT e a UNODC, à excepção de França nos anos de 2011 e 2012 e Suécia de 2010 a 2012.

No sentido de colmatar as diferenças existentes entre relatórios, calcularemos o número de médio de vítimas detectadas por país em cada relatório, calculando em seguida, a média de vítimas sinalizadas por ambas as organizações nos anos de 2010, 2011 e 2012, representado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Número médio de vítimas anual por país no triênio 2010, 2011 e 2012.

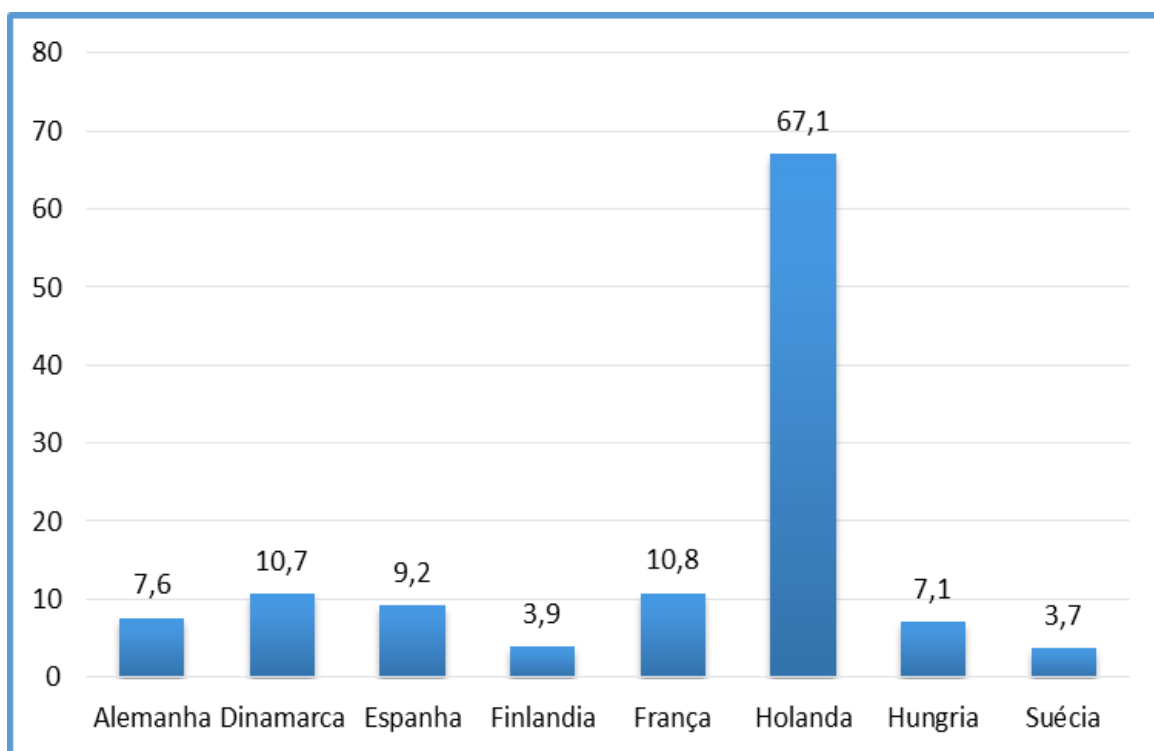
(EUROSTAT e UNODC)



Fontes: EUROSTAT – Trafficking in Human Beings Report, 2015 edition; UNODC - Global report on trafficking in persons – Western and Central Europe, 2014.

No entanto, considerando a diferença de dimensão populacional de cada país e no sentido de reflectir proporcionalmente o número de vítimas, calcularemos o número médio de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual por milhão de habitantes, conforme gráfico 2.

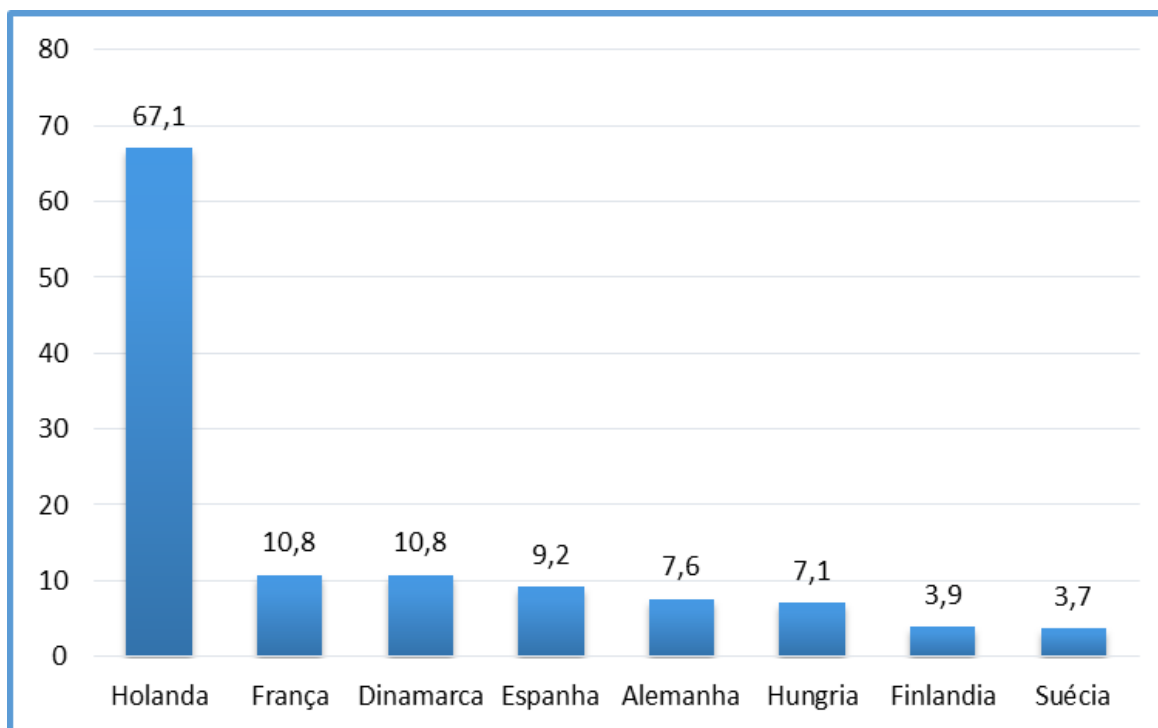
Gráfico 2 – Número médio de vítimas anual por milhão de habitantes no triénio 2010, 2011 e 2012.



Fontes: EUROSTAT – Trafficking in Human Beings Report, 2015 edition; UNODC - Global report on trafficking in persons – Western and Central Europe, 2014. Dados populacionais – EUROSTAT, 2015, retirado de <http://ec.europa.eu/eurostat>.

O que nos permite posicionar os países de acordo com o número médio de vítimas de tráfico para exploração sexual por milhão de habitantes, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3 – Alinhamento dos países por número médio de vítimas anual por milhão de habitantes



Fontes: EUROSTAT – Trafficking in Human Beings Report, 2015 edition; UNODC - Global report on trafficking in persons – Western and Central Europe, 2014. Dados populacionais – EUROSTAT, 2015, retirado de <http://ec.europa.eu/eurostat>.

Como é possível verificar no gráfico 3, a Holanda aparece destacada dos restantes países no que diz respeito ao número de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas e registadas, com 67,1 vítimas por milhão de habitantes. Seguem-se França, Dinamarca e Espanha, com índices entre as 9 e as 11 vítimas por milhão de habitantes, a nível intermédio a Alemanha e a Hungria, com índice aproximado das 7 vítimas por milhão de habitantes e, finalmente, a Finlândia e a Suécia, entre as 3,7 e as 4 vítimas por milhão de habitantes.

Será de destacar que o país com maior índice de vítimas por milhão de habitantes, a Holanda, com 67,1, é quem reúne na sua legislação o maior número

de factores de legalização relativos à prostituição (quadros 1 e 2). Por outro lado, a análise ao caso holandês parece apontar para uma maior sinalização de tráfico de pessoas nos países onde existe um maior número de factores de legalidade da prostituição. E uma das razões para tal poderá ser o facto do funcionamento legal e regulado de bordéis permitir à polícia uma maior aproximação ao sector e, assim, colocar-se numa posição onde poderá mais facilmente detectar sinais de tráfico de pessoas (Ministério dos Negócios Estrangeiros holandês, 2012). E, por outro lado, porque as “situações de abuso são mais fáceis de detectar quando os prostitutos trabalham publicamente e legalmente em vez de numa subcultura clandestina” (idem, ibidem).

Por outro lado, o país com menor índice de vítimas por milhão de habitantes, a Suécia, com 3,7, apresenta o quadro legal com maior número de factores de ilegalidade da prática da prostituição (quadros 1 e 2), sendo o único país da amostra onde os clientes são punidos, além de todo o tipo de proxenetismo, ilegalizando assim a prática da actividade que, porque ilegal, não é regulamentada. Deste modo, o caso da Suécia parece correlacionar a punição dos clientes da prostituição, ou seja o modelo nórdico, com um menor número de vítimas de tráfico para exploração sexual sinalizadas e registadas no país. Analisando o caso da Suécia, verificámos que o único país da amostra que ilegaliza o recurso à prostituição e pune os clientes apresenta o índice mais baixo de vítimas de tráfico de pessoas sinalizadas. Parecendo apontar, assim, para que a sinalização de tráfico de pessoas seja menor nos países onde os clientes são punidos.

Assim, se a amostra fosse apenas composta pela Holanda e pela Suécia, poderíamos aferir existir relação entre um maior número de factores de legalidade da prática da prostituição na legislação de um determinado país e um maior índice de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas e registadas no seu território. E, por outro lado, aferir da existência de relação entre um maior número de factores de ilegalidade da prática da prostituição na legislação de um determinado país e o menor índice de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas e registadas no seu território.

No entanto, a comparação entre a legislação relativa à prostituição e os números de vítimas de tráfico sexual para exploração sexual dos restantes países parece não confirmar essa relação directa. Será necessário analisar os pontos de legalidade/ilegalidade e a existência e tipo de regulamentação da prostituição para poder sinalizar os factores que poderão influenciar os números de vítimas de tráfico sexual para exploração sexual em cada país. E sendo importante a análise ao quadro legislativo, a referida *law on books*, não menos importante será verificar como as disposições legais são implementadas em cada país, ou seja, a *law in action*. Suportado em ambos procuraremos tentar justificações para as diferenças entre países no que diz respeito aos números de vítimas sinalizadas e registadas.

Tendo-nos referido à Holanda e à Suécia, apontando os dois extremos no que diz respeito aos índices de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas e registadas da amostra, tentaremos de seguida encontrar os factores que poderão justificar o índice de vítimas sinalizadas nos restantes países.

O país com o segundo menor índice de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual é a Finlândia, com 3,9 vítimas sinalizadas por milhão de habitantes. Constata-se que, tal como a Suécia, não pune os prostitutos mas pune todo e qualquer tipo de proxenetismo. Mas, ao contrário da Suécia, não pune os clientes da prostituição. Porém, é o país da amostra com o maior número de factores de ilegalidade no que diz respeito aos locais de prostituição. Não sendo permitida a exploração de bordéis ou similares pelo facto de todo o tipo de proxenetismo ser punido, e sendo proibida a prostituição de rua, vista como um atentado à decência pública de acordo com o Acto Público da Lei e Ordem. Por outro lado, apenas é tolerada a prática da prostituição de cidadãos finlandeses ou nacionais dos países da União Europeia, pelo que os nacionais de estados terceiros têm dificuldade em legalizar-se no país em caso de fundada suspeita da prática da prostituição (services4sexworkers, 2015).

A Hungria, com uma taxa de 7,1 vítimas por milhão de habitantes, permite e regula a prática da prostituição no seu território. No entanto, apenas permite a prática da prostituição por conta própria e de forma individual, estipulando zonas

onde é proibida, as zonas protegidas, e onde é permitida, as zonas de tolerância. Relevante será verificar que as zonas protegidas se situam nas zonas urbanas centrais, empurrando a prática da prostituição para áreas periféricas. De resto, o desrespeito pela delimitação zonal é considerada uma ofensa contravencional, encontrando-se previstas punições legais para prostitutos e clientes. Os prostitutos encontram-se obrigados a licenciamento que obedece a um processo altamente burocratizado (services4sexworkers, 2015) que poderá desincentivar o registo dos prostitutos e potenciar a expansão da prostituição ilegal (Barnett & Hindle, 2003).

A Alemanha apresenta-se como uma taxa intermédia de 7,6 vítimas por milhão de habitantes. O País tem uma lei de prostituição dedicada – a *Prostitutiongesetz* – regulamentada por lei federal e aplicada de acordo com os critérios definidos pelos 16 estados. Apresenta, inclusivamente, o terceiro maior número de factores de legalidade da prostituição, a seguir à Holanda e à Espanha. Pese embora os pontos de legalidade apresentados, que incluem o licenciamento de bordéis, a *Prostitutiongesetz* apenas se aplica a cidadãos alemães e a imigrantes legais, pelo que não permite que os estrangeiros se tornem legais declarando a actividade de prostitutos ou que entrem no país para esse efeito. Por outro lado, tem implementado um sistema de zoneamento da prostituição, proibida nas *sperrgebiet*, zonas proibidas, o que, à imagem do já referido caso da Hungria, condiciona a prostituição de rua.

A Espanha, por sua vez, apresenta um índice de 9,2 vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual por milhão de habitantes. O País não tem legislação específica nem, por tal, regulamentação relativa à prostituição. Assim, apresenta, por omissão legislativa, um conjunto alargado de factores de legalização da prática da prostituição, não existindo punição para prostitutos, proxenetas ou clientes e sendo tolerada na maioria dos espaços. No entanto, na última década, os *ayuntamientos* (municipalidades) das principais cidades espanholas têm vindo a aprovar regulamentos que proíbem ou inibem a prática da prostituição de rua, o que se reflete numa acção “musculada” da polícia perante prostitutos e clientes da prostituição de rua (Torres e Villacampa, 2013). Este facto poderá ter resultado no considerável decréscimo no número de vítimas

sinalizadas ao longo dos três anos, de 1605 em 2010, para 234 em 2011 e 125 em 2012 - conforme Quadro 4. Esta acção “musculada” perante prostitutos e clientes da prostituição poderá provocar o aumento da sua estigmatização social e a alteração da percepção dos próprios, da sociedade e das autoridades, apontando para que os profissionais do sexo e seus clientes sejam parte de uma actividade criminosa, ou seja, também eles criminosos, submergindo-os na clandestinidade e inibindo-os de colaborar com a justiça (Pro-Sentret, 2012). A promoção de uma crescente repressão da prostituição de rua potencia o “desaparecimento dos prostitutos para lá das fronteiras da visibilidade respeitável e frequentemente da protecção do Estado e da Lei” (Hubbard et Alli, 2008, pp. 149), dificultando a sinalização de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual. Por outro lado, o facto da prostituição no País ser um mercado não regulamentado poderá facilitar a exploração de trabalho vulnerável (Davidson & Anderson, 2003, pp.5). A ausência de regulação efectiva é um factor que ajuda a criar um ambiente que facilita o uso do trabalho forçado” (idem, ibidem), submerso na clandestinidade e, por isso, opaco aos olhos das autoridades.

A Dinamarca, com taxa de 10,8 vítimas por milhão de habitantes, apresenta o segundo maior índice dos países da nossa amostra, *ex aequo* com a França. A legislação do país não pune os prostitutos nem os clientes mas pune todo e qualquer tipo de proxenetismo, incluindo a exploração de bordéis ou estabelecimentos similares. Pelo que apresenta um nível intermédio de factores de legalização de prostituição. E se por um lado a Dinamarca proíbe o exercício de prostitutos estrangeiros sem estatuto legal no País, impedindo a sua legalização pela via da prostituição, por outro tem a operar no seu corpo de polícia uma brigada de costumes (Sædelighedspolitiet), permitindo uma maior especialização policial relativamente à matéria e potenciando uma aproximação das autoridades policiais do país à actividade e aos seus agentes.

A França é, em conjunto com a Dinamarca, o segundo país com índice mais alto de vítimas por milhão de habitante, com 10,8. Embora a prática da prostituição ou o recurso aos seus serviços como cliente em França não seja punido, sendo apenas o proxenetismo em todas as suas vertentes, com a aprovação da lei Sarkozy II a oferta pública de serviços sexuais remunerados ou

solicitação passiva, é considerada crime. Ou seja, a França proíbe qualquer tipo de oferta de prostituição de rua e a prática da prostituição como trabalho sexual organizado, seja em bordéis ou estabelecimentos similares. Assim, a Prostituição em França é legal se “desprovida de publicidade ou angariação” (Assembleia Nacional Francesa, 2011). Uma das consequências da implementação da Lei Sarkozy II, e da punição da solicitação passiva, foi a realocação da prostituição dos centros urbanos para a periferia das cidades ou a tendência para os prostitutos exercerem a sua actividade *intra muros*, com recurso a anúncios na Internet (Assembleia Nacional Francesa, 2011). Porém, por outro lado, com a aprovação da lei foram implementadas medidas de endurecimento da luta contra a exploração da prostituição, muito por acção da Brigada de Repressão do Proxenetismo da Police Nationale (Assembleia Nacional Francesa, 2011; Police Nationale, 2015), serviço especializado na vigilância e fiscalização da prostituição e na repressão do proxenetismo. Importa também relevar o papel desempenhado por outro sector da Police Nationale francesa, o Departamento Central para a Repressão do Tráfico de Seres Humanos, no qual se encontra centralizada a nível nacional a recolha de informações relativamente a casos de tráfico de pessoas para exploração sexual e ao qual, por imposição do art.º D8 do Código de Procedimento Penal francês, todas as autoridades devem reportar casos de tráfico e pessoas (Police Nationale, 2015).

Assim, a França reúne algumas das características legais que, na linha de raciocínio seguida no nosso estudo, potenciam a clandestinidade da actividade e, assim, parecem provocar uma diminuição na sinalização de casos de tráfico de pessoas para exploração sexual, como a solicitação passiva ou a proibição do licenciamento de bordéis ou afins. Por outro lado, por omissão legislativa, a actividade em si dos prostitutos ou o recurso aos seus serviços por clientes é legal. E o país tem a operar dentro do mesmo corpo de polícia uma brigada especializada em assuntos de prostituição e um departamento de recolha e tratamento de dados relativos a casos de tráfico de pessoas a nível nacional.

Deste modo, a análise comparativa que efectuámos entre os números de tráfico de pessoas para exploração sexual e as políticas de prostituição em vigor em cada país parece não coincidir com a hipótese formulada. Porque, como já

referimos, uma análise genérica à legalidade e ilegalidade da prostituição, tal como vimos tratada em muitos dos estudos citados, parece-nos redutora, não refletindo a influência que determinadas medidas legislativas têm no tráfico de pessoas. De igual modo, não parece ser unicamente o facto de a prostituição ser legal ou de se encontrar ou não regulamentada que influenciará a sinalização de vítimas de tráfico de pessoas, ou a representação numérica nacional de vítimas sinalizadas, mas a forma como é desenhada, aprovada e, sobretudo, implementada.

Pelo que, como verificámos no que diz respeito ao estudo entre as políticas de prostituição num determinado país e a sinalização de tráfico de pessoas para exploração sexual no seu território, deverão ser tido em conta as influências da *law on books* e da *law in action* em interacção.

Na *law on books*:

- A tipologia da legislação e regulamentação em vigor, como a legalização e regulamentação da prática da prostituição (Alemanha e Holanda), a ilegalização do recurso à prostituição, ou seja, a punição dos clientes (Suécia) ou o funcionamento tolerado da actividade sem legislação ou regulamentação específicas (Espanha);

- O tipo de regulamentação directa ou indirecta à prática da prostituição, como o zoneamento em zonas proibidas e zonas de tolerância (Hungria, Alemanha) ou o funcionamento regulado de bordéis (Holanda, Alemanha);

- A condenação moral em textos legislativos da prática da prostituição (Finlândia) ou a sua não condenação (Holanda, Espanha, Alemanha), que parece condicionar a adopção de certo tipo de legislação e que poderá também influenciar a forma como a prostituição é encarada pela sociedade e como os seus agentes encaram a sua actividade, podendo ser factor de exclusão.

Na *law in action*:

- A influência que a carga burocrática no licenciamento da prostituição pode ter no funcionamento da actividade (Hungria);

- Tendo em conta que o tráfico de pessoas é, também, muitas vezes um fenómeno migratório, a forma como a lei de estrangeiros de cada país interage e condiciona a actividade de prostitutos estrangeiros. Nos casos que estudámos, permitindo a prática da actividade a prostitutos nacionais ou legais em território nacional e restringindo a estrangeiros sem estatuto de residente legal no país (Holanda) ou impossibilitando a obtenção de estatuto legal para a prática da actividade por cidadãos de países terceiros (Finlândia, Alemanha).

- O posicionamento das autoridades relativamente à prostituição, quer pelo grau de especialização, pela existência de corpos de polícia, ou de departamentos ou de brigadas desses corpos de polícia, especializados em prostituição (Dinamarca, França), quer pela sua acção relativamente aos actores da prostituição, como a repressão policial à prostituição de rua (Espanha, França, Finlândia, Hungria);

Devermos salientar também que a forma como a lei se encontra redigida (*law on books*) poderá condicionar a sua implementação (*law in action*). E, por sua vez, a forma de implementação poderá condicionar o registo dos resultados observáveis. Tomemos o exemplo da Holanda, da França e da Alemanha e da forma como os três países tipificam os crimes de tráfico de pessoas e proxenetismo.

A Holanda suprimiu a partir do ano 2000 a proibição de exploração comercial da prostituição de terceiros, ou seja o proxenetismo, pelo que desde que exercido no âmbito da prostituição voluntária não é proibido. Por outro lado, a França e a Alemanha têm disposições penais que punem o proxenetismo. Em França, a ajuda, assistência ou protecção à prostituição e a partilha ou recebimento de dinheiro da prostituição são factos tipificados como crime de proxenetismo (artigo 225-5 do código penal francês). A tipificação do crime vai mais além no país considerando também a acção como intermediário ou a vida em comum com trabalhador sexual sem ter recursos próprios ou suficientes para viver (artigo 225-6 do código penal francês). A Alemanha, por seu lado, tipifica como proxenetismo ou, conforme redacção do código penal alemão, “exploração de prostitutos” a “exploração de uma outra pessoa que se envolva na prostituição,

a supervisão do envolvimento de outra pessoa na prostituição para seu próprio benefício material, a tomada de medidas para impedir a pessoa de desistir de prostituição ou, para essa finalidade, a manutenção de uma relação geral com a pessoa para além de uma ocasião especial” (secção 181º do código penal alemão).

Olhando para os três casos verificamos ser possível que um mesmo tipo de facto possa ser enquadrado juridicamente de forma diferente nos três países. Para ilustrar esta situação tomamos como exemplo a figura dos *loverboys* na Holanda. Fenómeno observado e referenciado pelas autoridades holandeses, o *loverboy* é um homem que seduz uma jovem rapariga, isolando-a do seu círculo de conhecimentos e que, depois desta se encontrar sob seu controlo, obriga-a a prostituir-se (Ministério dos Negócios Estrangeiros holandês, 2012).

Perante as autoridades holandesas, o *loverboy* é considerado um traficante de pessoas e tratado como tal (Ministério dos Negócios Estrangeiros holandês, 2012). No entanto, a França e a Alemanha diferem na forma como abordam o proxenetismo, pelo que um caso tipificado como tráfico de pessoas na Holanda – o *loverboy*- poderá ser considerado proxenetismo em França e na Alemanha, condicionando assim os números estatísticos de cada país. Para mais, embora os três países tenham quadros legais muito semelhantes relativamente à tipificação do crime do tráfico de pessoas (secção 273, parte XVIII do código penal holandês; artigo 132-16-3 do código penal francês; secção 232 do código penal alemão), no que diz respeito à acção, meio e objectivo do tráfico de pessoas (Observatório do Tráfico de Seres Humanos, 2015), cujo modelo comum foi o Protocolo de Palermo, do qual os três foram subscritores individuais e colectivos enquanto estados-membro da União europeia (Protocolo para Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente mulheres e crianças, Nações Unidas, 2000), diferem no âmbito da aplicação. Porque a Alemanha faz uma diferenciação clara entre tráfico interno e tráfico externo, considerando o primeiro “exploração de prostitutos” (secção 181º do código penal alemão) e o segundo “tráfico de pessoas para exploração sexual” ou a exploração da “situação de vulnerabilidade ou desamparo de outra pessoa decorrente de estar num país estrangeiro” (secção 232 do código penal alemão). A Holanda pune qualquer

situação de exploração da prostituição de terceira pessoas como tráfico de pessoas, independentemente de ser tráfico interno ou externo (secção 273, parte XVIII do código penal holandês). E a França distingue o proxenetismo do tráfico de pessoas, seja ele interno ou externo, pelos factores coerção/consentimento.

Ou seja, a forma como os países tipificam os casos de exploração da prostituição de terceira pessoa tem influência no modo como são classificados os agentes dessa exploração, entre proxenetas ou traficantes de pessoas para exploração sexual, dependendo da forma como são abordados os factores tráfico interno/externo e coerção/consentimento. Pelo que, esta diferente tipificação na *law on books* e a sua aplicação na *law in action* poderão condicionar os registos estatísticos de casos de tráfico de pessoas.

7 - Conclusões

Como verificámos, uma análise aos números relativos ao tráfico de pessoas para exploração sexual parece fazer algum sentido se efectuada à luz das políticas de prostituição de cada país. Porém, numa leitura mais ampla do que apenas considerando a legalidade ou a ilegalidade da prática da prostituição. Ou seja, não só de acordo com a tendência de legalização/ilegalização, por força das leis e regulamentos em vigor ou por omissão legislativa. É necessária uma leitura mais apurada à forma como a lei é redigida, regulamentada e implementada. À sua interacção com outra legislação nacional, como a lei de estrangeiros, e à acção das autoridades.

Parece-nos, pois, coerente afirmar que características legislativas, da *law on books* e da *law in action*, que potenciam a clandestinidade da prostituição condicionam negativamente o registo de resultados de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas. Por outro lado, características legislativas que potenciam a visibilidade da prostituição e a aproximam da sociedade e das autoridades condicionam positivamente o registo de resultados de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas.

Porém, não de somenos importância, e como verificámos pela análise dos casos da Alemanha, França e Holanda, a forma como os países tipificam o proxenetismo e o tráfico de pessoas, de acordo com os critérios tráfico interno/externo e coerção/consentimento, parece condicionar consideravelmente o registo de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual sinalizadas. Números estes que são muitas vezes interpretados politicamente como a representação da totalidade das vítimas, ou seja, como números estatísticos. Pelo que deve ser ponderado um possível efeito circular desta realidade. Porque os países adoptam políticas de prostituição com base na análise à sua realidade interna, suportando-se muitas das vezes em dados estatísticos. E, por sua vez, os dados estatísticos são condicionados pelo tipo de políticas adoptadas e pela sua implementação.

No entanto, estamos conscientes que o estudo das causas e efeitos do tráfico de pessoas para exploração sexual não se resume à influência das políticas de prostituição sobre a actividade, nem à influência que a regulação de certo sector de actividade possa ter sobre qualquer tipo de exploração de vítimas de tráfico de pessoas. Para um estudo apurado e responsável será necessária uma visão holística da prostituição, do tráfico de pessoas para exploração sexual e da relação entre ambos. Até porque, a quantidade de tráfico ou, na nossa perspectiva, os números recolhidos e registados relativos ao tráfico de pessoas para exploração sexual são influenciadas “por um conjunto de push e pull factors e não só pelo regime legal relativo à prostituição” (Weitzer, 2014).

Porém, um estudo holístico, e multidisciplinar, é uma tarefa hercúlea de elevada complexidade, que apenas poderá ser bem sucedida com recurso às contribuições de pequenos estudos.

Dar essa pequena contribuição a um estudo necessariamente mais alargado à prostituição e ao tráfico de pessoas foi a nossa intenção na elaboração da presente dissertação.

Uma modesta contribuição que teve o cuidado de se esvaziar de conceitos normativos que pudessem condicionar a obtenção de conclusões empíricas, factor essencial ao estudo da relação entre a legislação relativa à prostituição e o tráfico de pessoas.

Sendo visível a ingerência ideológica na implementação de políticas públicas relacionadas com a prostituição (Hayes, 2008), será necessário um posicionamento isento e imparcial no estudo dos factores que poderão potenciar a prostituição como uma realidade escondida (Brunovskis & Tyldum, 2005). Encontrando um modelo de regulação da actividade apropriado às características de cada país e, desse modo, retirando aos prostitutos a condição de “homo sacer” (Agamben G., 1998, em Hubbard et alii, 2008) da sociedade, resgatando-os do *borderline* da legalidade e da moralidade, aproximando-os da sociedade e tornando-os mais visíveis aos olhos das autoridades (Hubbard et alii, 2008). Permitindo, desse modo, a desestigmatização dos intervenientes na prostituição - prostitutos, clientes, proxenetas -, potenciando a sua colaboração com as

autoridades (Fick, 2007, em Hayes, 2008) e, por sua vez, aproximando as autoridades do sector da prostituição e dotando-as de meios e *know how* para fiscalizar o funcionamento da prostituição e combater os seus abusos. E, assim, criando condições propícias à sinalização da exploração da prostituição nas suas variadas formas, entre as quais o tráfico de pessoas para exploração sexual.

9 - Bibliografia:

- Agamben, G., & Hiepkö, A. (1998). *Homo Sacer* (p. 6). Pre-Textos.
- Anderson, B., & Davidson, J. O. C. (2003). *Is trafficking in human beings demand driven?: a multi-country pilot study*. IOM, Internat. Organization for Migration.
- Assembleia Geral das Nações Unidas, (1949) *Convention for the Suppression of the Traffic in Persons and of the Exploitation of the Prostitution of Others*, 2 December 1949, A/RES/31. Organização das Nações Unidas
- Batsyukova, S. (2007). Prostitution and human trafficking for sexual exploitation. *Gender Issues*, 24(2), 46-50.
- Belser, P., de Cock, M., & Mehran, F. (2005). ILO minimum estimate of forced labour in the world. *Nondiscrimination*, 7.
- Bettio, F., & Nandi, T. K. (2010). Evidence on women trafficked for sexual exploitation: A rights based analysis. *European Journal of Law and Economics*, 29(1), 15-42.
- Cho, S. Y., Dreher, A., & Neumayer, E. (2012). Does legalized prostitution increase human trafficking? *World Development*.
- Conselho da União Europeia (2002), *Decisão-Quadro do Conselho 2002/629/JHA* – União Europeia
- Conselho da União Europeia (2015), *“Handbook on Trafficking in human beings – Indicators for investigating Police Forces”* – União Europeia (Retirado em 20/04/2015 de <http://www.statewatch.org/news/2015/mar/eu-council-handbook-trafficking-hb-14630-rev2-14.pdf>)
- Danna, D. (2003, April). Trafficking and prostitution of foreigners in the context of the EU countries' policy about prostitution.'. In *NEWR Workshop on Trafficking, Amsterdam* (Vol. 26).
- de Sousa Santos, B., Gomes, C., Duarte, M., & Baganha, M. I. (2008). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Department of State – United States of America (2002), *Trafficking in Persons Report* – 2002. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América
- Department of State – United States of America (2007), *Trafficking in Persons Report* – 2007. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América
- Department of State – United States of America (2012), *Trafficking in Persons Report* – 2012. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

Ditmore, M. H. (Ed.). (2006). *Encyclopedia of prostitution and sex work* (Vol. 2). Greenwood Publishing Group.

Ditmore, M. H. (Ed.). (2006). *Encyclopedia of prostitution and sex work* (Vol. 2). Greenwood Publishing Group.

Dutch National Rapporteur on Trafficking in Human Beings (2002), *First Report of the National Rapporteur on Trafficking in Human Beings – The Netherlands – 2002*

Dutch Policy on Prostitution, Questions and Answers (2012), *Dutch Ministry of Foreign Affairs – The Netherlands - 2012*

EUROPOL (2011), *Trafficking in Human Beings in the European Union – 2011*.

EUROSTAT – Trafficking in Human Beings Report (2013 edition), https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/trafficking_in_human_beings_-_dghome-eurostat_en_1.pdf

EUROSTAT – Trafficking in Human Beings Report (2014 edition), http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-is-new/news/news/docs/20141017_working_paper_on_statistics_on_trafficking_in_human_beings_en.pdf

EUROSTAT – Trafficking in Human Beings Report (2015 edition), http://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/eurostat_report_on_trafficking_in_human_beings_-_2015_edition.pdf

Ezeilo, J. N. (2009), *United Nations Rapporteur on Trafficking in Persons A/HRC/10/16*. Organização das Nações Unidas.

Ezeilo, J. N. (2013), *Report of the Special Rapporteur on trafficking in persons, especially women and children, Joy Ngozi Ezeilo A/HRC/23/48*. Organização das Nações Unidas.

Farley, M. & Butler, E. (2012). Prostitution and Trafficking – Quick Facts. Prostitution Research and Education 2012. Retirado em 24 de Dezembro de 2013 de www.prostitutionresearch.com.

Farley, M. (2004). “Bad for the body, bad for the heart”: prostitution harms women even if legalized or decriminalized. *Violence Against Women*, 10(10), 1087-1125.

Farley, M. (2009, August). Theory versus reality: Commentary on four articles about trafficking for prostitution. In *Women's Studies International Forum* (Vol. 32, No. 4, pp. 311-315). Elsevier Science.

Farley, M., Cotton, A., Lynne, J., Zumbek, S., Spiwak, F., Reyes, M. E., ... & Sezgin, U. (2004). Prostitution and trafficking in nine countries: An update on violence and posttraumatic stress disorder. *Journal of Trauma Practice*, 2(3-4), 33-74.

Hubbard, P., Matthews, R., & Scoular, J. (2008). Regulating sex work in the EU: prostitute women and the new spaces of exclusion. *Gender, Place and Culture*, 15(2), 137-152.

Jakobsson, N., & Kotsadam, A. (2010). Do Laws Affect Attitudes?-An assessment of the Norwegian prostitution law using longitudinal data.

Jakobsson, N., & Kotsadam, A. (2010). The law and economics of international sex slavery: prostitution laws and trafficking for sexual exploitation. *European Journal of Law and Economics*, 35(1), 87-107.

Jeffreys, S. (2003). The legalisation of prostitution: A failed social experiment. *Women's Health Watch Newsletter*, 64, 8-11.

Keyton, J. (2006). *Communication research: Asking questions, finding answers*.

Kilvington, J., Day, S., & Ward, H. (2001). Prostitution policy in Europe: a time of change?. *Feminist Review*, 78-93.

Laczko, F. & Gozdzial, E. (2005), *Data and research on human trafficking: A global survey* - IOM – International Organization for Migration

Laczko, F., & Gramegna, M. A. (2003). Developing better indicators of human trafficking. *Brown J. World Aff.*, 10, 179.

Leidholdt, D. (1993). Prostitution: A violation of women's human rights. *Cardozo Women's LJ*, 1, 133.

Leidholdt, D. A. (2004). Prostitution and trafficking in women: An intimate relationship. *Journal of Trauma Practice*, 2(3-4), 167-183.

Limoncelli, S. A. (2009). Human trafficking: Globalization, exploitation, and transnational sociology. *Sociology compass*, 3(1), 72-91.

Mai, N. (2010). Migrant workers in the UK sex industry. *Institute for the Study of European Transformations, London Metropolitan University*.

Manifesto PROUD (2015), retirado em 29/01/2015 de <http://www.sexworkeurope.org>.

Matthews, B., & Ross, L. (2010). *Research methods*. Pearson Longman.

Murray, B. J. (2014). Legislating Lust: A Comparative Analysis of Prostitution Legal Frameworks in Western and Central Europe. 2014 NCUR.

Nações Unidas (2000) Protocolo para Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente mulheres e crianças (Protocolo de Palermo)

Neuendorf, K. A. (2002). *The content analysis guidebook*. SAGE Publications, Incorporated.

Parlamento Europeu (2003), Moção resolução 2013/2103(INI) (Relatório Honeyball)
<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2014-0071+0+DOC+XML+V0//EN>

Parlamento Europeu e Conselho da Europa (2011), *Directiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho* – União Europeia

Savona, E. U., & Stefanizzi, S. (2007). *Measuring human trafficking*. Springer.

Schmitter, P. C. (2008). The design of social & political research. Approaches and methodologies in the social sciences: a pluralist perspective, 263-296.

Segrave, M. (2009, August). Order at the border: The repatriation of victims of trafficking. In *Women's Studies International Forum* (Vol. 32, No. 4, pp. 251-260). Pergamon.

Turn Off the Blue Light. (2011). Retirado em 08 de Abril de 2013 de <http://www.turnoffthebluelight.ie/the-opposition>

Tyldum, G., & Brunovskis, A. (2005). Describing the unobserved: Methodological challenges in empirical studies on human trafficking. *International Migration*, 43(1-2), 17-34.

União Europeia, (2013), retirado em 10 de Junho de 2013 de http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/l33020_pt.htm

UNODC - Global report on trafficking in persons – Western and Central Europe (2014), Relatório completo - https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf

Europa Ocidental e Central - https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP14_Country_profiles_WCentral_Europe.pdf

UNODC – United Nations Office on Drugs And Crime (2004), *Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children*, annex II, pp. 41 to 51 - *United Nations Convention Against Transnational Organized Crime and The Protocols Thereto*, Convention against Transnational Organized Crime. Organização das Nações Unidas

UNODC - United Nations Office on Drugs And Crime (2006), *Trafficking in Persons: Global Patterns*. Organização das Nações Unidas.

UNODC - United Nations Office on Drugs And Crime (2009), *Global Report on Trafficking on Persons - 2009*. Organização das Nações Unidas

UNODC - United Nations Office on Drugs And Crime (2012), *Global Report on Trafficking on Persons - 2012*. Organização das Nações Unidas

UNODC - United Nations Office on Drugs And Crime (2012), *Global Report on Trafficking on Persons - 2012*. Organização das Nações Unidas

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime (2010), *Trafficking in persons to Europe for sexual exploitation*, Capítulo extraído do relatório “The Globalization of Crime – A Transnational Organized Crime Threat Assessment” - http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/TOCTA_Report_2010_low_res.pdf

Villacampa, C., & Torres, N. (2013). Políticas criminalizadoras de la prostitución en España. *Revista electrónica de Ciencia Penal y criminología*, 15(6), 1-40.

Wagenaar, H., Altink, S., & Amesberger, H. (2013). Final report of the international comparative study of prostitution policy: Austria and the Netherlands. *Den Haag*.

Weitzer, R. (2014). "Researching Prostitution and Sex Trafficking Comparatively". *Sex Res Soc Policy* (2015) 12:81-91

Weitzer, R. (2014). New directions in research on human trafficking. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 653(1), 6-24.

Legislação:

Código penal (Straffeloven), lei de estrangeiros e lei de ordem pública dinamarquesas retirados em 03/06/2015 de <http://kub.kb.dk>

Código penal (Straffeloven), lei de estrangeiros e lei de ordem pública dinamarquesas retirados em 03/06/2015 de <http://kub.kb.dk>

Lei de combate ao crime organizado e fenómenos conexos (Hungria) retirado em 18/06/2015 de <http://www.lexadin.nl> ;

Lei nº 2003-239 de 18/03/2003 para a segurança interior, retirada em 18/06/2015 de <http://www.legifrance.gouv.fr> ;

Prostitutionsgesetz, retirado em 10/02/2015 de <http://www.gesetze-im-internet.deostg/> ;

Código penal alemão, retirado em 10/02/2015 de http://www.gesetze-im-internet.de/englisch_stgb/

Acto público da lei e ordem, retirado em 18/06/2015 de <https://www.finlex.fi/fi/laki/kaannokset/2003/en20030612.pdf> ;

Lei de estrangeiros finlandesa, retirado em 18/06/2015 de <https://www.finlex.fi/en/laki/kaannokset/2004/en20040301.pdf> ;

Código penal francês, retirado em 18/06/2015 de <http://www.legifrance.gouv.fr>

Código penal húngaro, retirado em 18/06/2015 de <http://www.lexadin.nl/wlg/legis/nofr/eur/lxwehun.htm>

Código penal sueco, retirado em 18/06/2015 de www.legislationline.org ;

Código penal português, retirado em 18/06/2015 de ;<http://www.pgdlisboa.pt> ;

Código penal holandês, retirado em 01/11/2015 de <http://www.ejtn.eu>

Webografia:

http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Crime_statistics

http://www.assemblee-nationale.fr/13/rap-info/i3334.asp#P498_58767

<http://www.legislationline.org/>

<http://www.otsh.mai.gov.pt/OQueETSH/Pages/default.aspx>

<http://www.police-nationale.interieur.gouv.fr/>

<http://www.services4sexworkers.eu/>

<http://www.sexworkeurope.org/campaigns/tell-european-parliament-vote-against-criminalisation-clients>

<http://www.sexworkeurope.org/campaigns/tell-european-parliament-vote-against-criminalisation-clients>

http://www.sexworkeurope.org/sites/default/files/resource-pdfs/a_critique_of_the_report_on_prostitution_and_sexual_exploitation_and_its_impact_on_gender_equality_by_mary_honeyball_mep_4.pdf

http://www.sexworkeurope.org/sites/default/files/userfiles/files/join/dec_brussels2005.pdf

https://ec.europa.eu/anti-trafficking/citizens-corner/trafficking-explained_en

<https://ec.europa.eu/anti-trafficking/national-rapporteurs/>

<https://sites.google.com/site/leximigratoria/>

<https://www.ine.pt>